

Esta dissertação foi julgada e aprovada,
em sua forma final pelo orientador e
Membros da Banca Examinadora, composta
pelos Professores:

I. Scherer-Warren

Prof. Dra. Ilse Scherer-Warren

Maria Ignez S. Paulilo

Prof^a.Dra. Maria Ignez S. Paulilo

Luísa Alonso F.

Prof^a Dra. Luisa Alonso Fernandes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO
Mulheres Agricultoras em Santa Catarina

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociolo-
gia Política da Universidade Federal de
Santa Catarina, para a obtenção do
Grau de Mestre em Sociologia Política.

Jacir Leonir Casagrande

Florianópolis, maio de 1991.

O pobre lavrador
Já fica bem apertado
Não tem roça pra plantar
Já fica encabulado
Vem mudando lá da roça
Pra cidade e povoado
Acaba tudo o que tem
Fica bem desequilibrado
Seu dinheiro já acabou
Começa a comprar fiado
Serviço ele não acha
Não pode ficar parado
O nome dele se acaba
Ele fica desmoralizado
Imagina sua vida
Deste jeito aqui não dá
Lá em casa não tem nada
E não tem jeito de comprar...

(Canção dos Lavradores de Goiás).

À
Denize
com amor
e carinho.

À
Eugênio e Margarida
meus pais,
persistentes
lavradores.

ÍNDICE

	Página
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
RESUMÉ.....	vi
Capítulo	
I - INTRODUÇÃO E METODOLOGIAS.....	1
II - CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO.....	6
III - REVISÃO DE LITERATURA.....	21
a) Mulher Camponesa Latino-Americana	
b) Gênero e Classe	
c) Do Privado ao Público	
IV - MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS.....	36
a) Breve Histórico do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina	
b) Um Coletivo Sexuado	
V - MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS E SUAS RE- LAÇÕES.....	63
a) Movimento de Mulheres Agricultoras X Igreja	
b) Movimento X Partido Político	
c) Relação com outros Movimentos Sociais do Campo	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
BIBLIOGRAFIA.....	83

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa nunca é feito sozinho. No desenvolver da dissertação vão sendo envolvidas muitas pessoas, direta ou indiretamente. Gostaria de registrar meus agradecimentos:

À Ilse Scherer-Warren, pela orientação, amizade e estímulo.

Aos professores deste mestrado, pelo estímulo intelectual e orientações epistemológicas.

Ao Movimento de Mulheres Agricultoras que permitiram e facilitaram este trabalho de pesquisa.

À CAPs pelo apoio financeiro.

À FEARPE (Giovana) pelo trabalho de datilografia.

Ao amigo Pedro Uczai, pelos momentos de fervorosas discussões e contribuições.

Aos colegas de mestrado pelo apoio e incentivo.

Enfim, aos amigos e amigas que, de uma forma ou de outra contribuíram no processo de realização deste trabalho.

RESUMO

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina surge num contexto de lutas do meio rural pela continuidade da reprodução da vida camponesa. Quadro este que se apresenta numa linha de agravamento gradativo das dificuldades para este modo de vida e de trabalho familiar.

Este coletivo, constituído a partir da problemática vivida pela pequena produção, numa perspectiva de fortalecimento das lutas de classe, de somar forças com as demais organizações do campo, projeta-se por outro lado, numa luta específica por questões que denominamos de gênero.

As mulheres agricultoras se percebem submissas e subordinadas dentro da unidade de produção familiar e na própria sociedade. É a conquista da identidade de "mulher agricultora" que lhe permite direitos para o exercício pleno da cidadania. Isto confere ao movimento um caráter específico. Neste sentido, ser "mulher agricultora" na unidade de produção familiar, bem como na sociedade, lhe possibilita um avanço, rumo à emancipação plena, como ser humano.

O Movimento de Mulheres Agricultoras, como sujeito e ator social, é portador de um projeto utópico de transformação social, que emancipa a classe trabalhadora e sobretudo a mulher agricultora, submissa e subordinada na vida doméstica e na sociedade.

RESUMÉ

Le mouvement de femmes agricultrices de "Santa Catarina" arrive sur un contexte de disputes pour la "rèproduction" de la vie des champs. Contexte celui-ci qui se présente dans une direction de croissantes difficultés pour la vie et les travaux des hommes des champs.

Les femmes s'aperçoivent subordonnées au dedans de la famille et dedans de la société. La femme agricultrice travaille pour acquérir ses droits qui lui permettront l'exercice plein de la cidadanie. Dans ce sens, la femme agricultrice a déjà acquis son lieu vers son émancipation personnel.

Le mouvement de femmes agricultrices, comme sujet et personnage du social, est porteur utopique de transformation sociale que rend l'opérariat, surtout la femme agricultrice, souverain dans la vie domestique e dans la société.

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Todo tema a ser pesquisado tem algo que justifica a escolha por parte de quem vai desenvolver tal trabalho de pesquisa.

Várias são as motivações que me levaram a optar por estudar os problemas da agricultura e os movimentos sociais do campo em Santa Catarina e aprofundar mais especificamente o estudo do Movimento de Mulheres Agricultoras.

Primeiramente por ser originário da Região Oeste de Santa Catarina, onde predomina a pequena produção agrícola, e eclodem as principais lutas, mobilizações, organizações populares e movimentos em torno aos problemas da pequena produção, que se agravam nas décadas de setenta e oitenta. É nestas duas décadas que os trabalhadores na agricultura se transformam em atores sociais organizados. Suas ações ocupam lugar de destaque na imprensa e polinizam a opinião pública. Chapecó se torna o centro de articulação destas organizações populares. Muitos encontros, seminários, cursos, discussões e manifestações públicas convergem para a cidade de Chapecó, que se torna pólo também das articulações populares, além de ser referencial político e econômico da Região.

Por outro lado, sempre mantive algum tipo de contato ou vínculo com a agricultura ou com as questões que envolvem este tipo de produção do campo. Enquanto cumpro os créditos deste mestrado, participei do "Projeto Universidade na Roça" desta mesma Universidade, num trabalho diretamente com agricultores em busca de alternativas viáveis para a pequena produção, no âmbito da produção e na conseqüente necessidade de organização.

Como vários estudos já haviam sido feitos e alguns estavam em andamento, optei por uma organização recente no campo, sobre a qual nenhum estudo havia sido desenvolvido e que também está estreitamente ligada à mesma problemática dos outros movimentos sociais do campo, apenas com uma especificidade, as ques-

tões de gênero.

É no contexto dos movimentos sociais do campo de Santa Catarina e da problemática vivida pela pequena produção familiar e reprodução deste modo de vida que surge o Movimento de Mulheres Agricultoras. As questões de gênero, constituem a outra face do todo deste movimento que impreterivelmente tive que me ater.

No capítulo II, "Contexto dos Movimentos Sociais do Campo", procuro fazer uma contextualização dos movimentos sociais do campo, com leves referências à América Latina e procurando dar uma abrangência maior aos movimentos do Brasil, especificando mais a Região Sul e dentro dela o estado de Santa Catarina. Para tanto, oriento-me por vários autores que já trabalharam a questão. Aparecem também neste capítulo, com certa relevância, alguns dados que retratam um pouco a realidade da pequena produção agrícola brasileira.

No capítulo III, "Revisão de Literatura", procuro apresentar uma visão geral panorâmica da mulher camponesa latino-americana, seguindo alguns estudos que retratam esta realidade. Estão contidas também neste capítulo algumas categorias teóricas que possibilitam um melhor entendimento deste ator social e dos outros atores sociais do campo.

Estes dois capítulos formam o pano de fundo ou ponto de partida para a elucidação das questões básicas que o movimento de Mulheres Agricultoras é portador.

No capítulo IV, "O Movimento das Mulheres Agricultoras", apresento o resultado da pesquisa empírica. Início com um breve histórico sobre o Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e prossigo com algumas análises sobre o mesmo, a partir dos dados da pesquisa. Oriento-me para esta análise através de alguns pontos: a democracia, a organização, divulgação, conquistas e dificuldades. Mais no final do capítulo procuro desenvolver uma questão específica deste movimento, que é a formação de um ator social diferente; um coletivo sexuado. Este coletivo sexuado constituiu-se a partir do questionamento do lugar ocupado pela mulher na divisão sexual e social do trabalho, percebida numa condição de subordinação e submissão doméstica e também social.

No capítulo V, "Movimento das Mulheres Agricultoras e suas Relações", também examino suas relações com instituições populares. A Igreja Católica Progressista e o Partido dos Trabalhadores (PT), têm destacada importância no entendimento global do movimento, tanto na sua origem como na fase de ampliação das bases. Trabalho também neste capítulo as relações do movimento com outras organizações e movimentos sociais populares.

Na última parte deste trabalho, nas "Considerações Finais", coloco alguns pontos conclusivos ou resultados do trabalho de pesquisa sobre o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina.

Esta coletividade constituída a cerca de questões ligadas à problemática da pequena produção; cultural, econômica, política e social, representa um segmento das maiorias subordinadas, na sociedade brasileira que pretende caminhar para uma abertura democrática, com participação mais efetiva das massas populares no todo. As Mulheres Agricultoras são parte destas massas, com dificuldades e situação de subordinação agravada pela condição "mulher". Parte delas hoje organizadas, lutam por uma identidade própria reconhecida, com ator social importante no processo de lutas que se desencadeiam no campo por uma vida melhor, bem como pela redefinição dos papéis sexuais dentro da produção familiar e na sociedade.

Os dados da pesquisa foram levantados de diversas formas. Comecei por levantar todo o material existente na secretaria do movimento e junto à coordenação do mesmo. Todo o material que circula no movimento, a nível informativo e também utilizado para orientar discussões nos grupos de base, me foi passado. Tive acesso também a todo o material arquivado, com destaque para os recortes de artigos de jornais desde o início do movimento. Posteriormente a isso continuei recebendo todo o material novo que era elaborado no movimento ou que circulava na coordenação ou nas bases.

Outra forma de coleta de dados utilizada foram as entrevistas. A metade das pessoas entrevistadas (22) foram indicadas pelas coordenadoras do movimento. Foram as pessoas mais esclarecidas do movimento, que participam há mais tempo e fazem parte da linha de frente e conseqüentemente são bem mais informadas e têm opiniões mais bem elaboradas. Esta escolha intencional foi feita com o objetivo de melhor levantar os dados da história do movimento. Das 25 indicações solicitadas, apenas 3 não foram possíveis os contatos. Solicitei 25 indicações, por considerar um número suficiente para a obtenção dos dados pretendidos. Para a outra metade das entrevistas foram escolhidas aleatoriamente, militantes do movimento em concentrações, manifestações públicas, reuniões de grupos de base e visitas a domicílio, com o intuito de ampliar o leque de dados e informações sobre o movimento.

Na verdade as entrevistas foram diálogos, conversas com as pessoas durante uma ou duas horas sobre o movimento. Nunca foi utilizado o sistema pergunta e respostas. Apenas serviu-me como orientação um quadro de referência ou roteiro geral, indicando os temas que deveriam ser abordados durante as conversas, para obter a mais ampla gama de informações possíveis.

A 4ª Assembléia acontecida em março de 1990, foi um dos momentos mais importantes de minha pesquisa, quando pude confrontar os dados levantados na pesquisa, bem como obter orientações importantes para efetuar as análises posteriormente. Obtive também durante este evento informações e percepções importantíssimas sobre o movimento, como a divisão interna entre as que defendem uma tendência maior para as questões classistas e as que defendem a importância das questões de gênero. Esta data marcou também o final do levantamento de dados. Os elementos teórico-bibliográficos foram levantados antes e durante as pesquisas de campo.

CAPÍTULO II

CONTEXTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina surge num contexto de lutas do meio rural pela continuidade da reprodução da vida camponesa. Lutas estas com as quais as mulheres, apesar de se sentirem solidárias, até o início da década de oitenta não haviam tido participação direta e significativa. Embora o dramático agravamento das dificuldades no meio rural possa ter sido sentido com igual ou maior intensidade pelas mulheres, em comparação aos homens (seus maridos), pelo espaço que lhe é próprio dentro da economia familiar.

A economia familiar no meio rural, desde 1964, vive cada vez mais uma situação de insegurança e incerteza em relação ao mercado, naquilo que não é autônoma e depende da compra, venda ou troca. Sente-se também insegura diante da incapacidade de absorção plena da força de trabalho no contexto desta economia. O camponês tem que vender cada vez mais sua produção e força de trabalho para obter produtos de consumo básico e assegurar a sua sobrevivência no campo. Sendo que os termos de troca impostos pelo sistema comercial, ou determinados pela política econômica do governo para o meio rural, lhes são progressivamente desfavoráveis.

Tornou-se evidente e até fator de consenso entre analistas (José de Souza Martins, 1981; José Tavares dos Santos, 1985 e 1987; Octavio Ianni, 1985 e outros) que o setor rural no Brasil vem sofrendo, nas últimas décadas, e especialmente na de oitenta, um acelerado processo de concentração de terras e capitais, que é o resultado da lógica de reprodução ampliada da sociedade como um todo.

O Estado logicamente não se mantém alheio a este processo. Ele influencia a dinâmica do meio rural, impulsionando certos setores com créditos e subsídios, menosprezando outros, determinando os preços dos produtos e controlando a distribuição de acordo com os interesses do grande capital.

Segundo Sorj, foi nas duas últimas décadas que a estrutura agrária brasileira começou a se modificar mais rapidamente. Novos produtos começaram a penetrar no mercado, estimulados por uma demanda crescente dos centros urbanos, como é o caso dos hortigranjeiros, o que permitiu uma rápida capitalização das terras mais rentáveis; produtos de exportação foram crescentemente integrados ao mercado interno. Conjuntamente com a crescente demanda urbana da classe média, a agricultura e o grande comércio varejista foram exigindo uma produção estável e de melhor qualidade que não poderia ser oferecida pela produção de subsistência. Instalaram-se no meio rural, estimulados pelo Estado, grandes conglomerados agroindustriais, oferecendo ao pequeno proprietário rural, o sistema de integração, aproveitando a mão-de-obra que começava a exceder na economia familiar. O Estado de Santa Catarina, com certa excessão do Planalto pela fama de que tem de "minifundista", é considerado tipo ideal para a implantação de agroindústrias. É inegável que a presença da agroindústria tenha alterado a normalidade do modo de vida e trabalho familiar. Polêmicas são no entanto, as posições sobre o favorecimento ou não da presença das agroindústrias para os pequenos produtores rurais (cf. Sorj, 1980 e Campos, 1987; 141-147).

Com a modernização das atividades agropecuárias, transformaram-se conseqüentemente os processos de trabalho na agricultura, mecanizaram-se algumas atividades do ciclo agrícola, industrializaram-se os insumos e redefiniram-se os padrões de comercialização e industrialização da produção agropecuária. Mesmo que alguns desses fenômenos tenham ocorrido em espaços e ritmos desiguais (cf. J.Tavares dos Santos, 1985; 7).

Esta modernização capitalista da agricultura veio aprofundar a crise do modo de vida e trabalho camponês, criando novas relações do homem com a terra e com o sistema econômico".

"Ela aumentou a privatização das terras expropriadas das comunidades camponesas e tribais e disseminou-se a apropriação, por particulares das terras devolutas, muitas vezes já ocupadas por camponeses e posseiros, quando não pertencentes aos índios. Não nos surpreende que a

concentração da propriedade fundiária tenha se mantido, até mesmo se agravado, tanto em áreas de antigas ocupações, como nas recentes. O revigoramento das estruturas fundiárias vigentes manteve a exclusão da maioria das populações rurais do uso da terra, forçando-as ao êxodo para núcleos urbanos ou contínuas migrações interiores" (Santos, 1985;8).

O capital passa a ser o elemento mais forte na agricultura, no processo de intensificação do uso de máquinas, implementos e insumos de origem industrial, modificando as relações de produção, aumentando o trabalho assalariado o que significa um avanço das relações capitalistas no campo.

"O que passa a ocorrer é uma substituição literal do trabalho pelo capital, aplicado para a modernização tecnológica e aumento da produtividade" (Tepicht, 1973; 25).

Segundo Martins, ao mesmo tempo em que os trabalhadores rurais foram atingidos por um amplo processo de expropriação e especulação violentas destinadas a limpar a terra para as grandes empresas, alguns mecanismos tradicionais de dominação entraram em crise.

"Foi o próprio capital incentivado pelo Estado Militar, que sem desejar liberou o demônio político das lutas camponesas em todas as regiões deste país. Paralelamente a expansão do capitalismo no campo houve a expansão da luta dos trabalhadores, a disseminação dos conflitos pela terra, a difusão de concepções paralelas e antagônicas do direito vigente e dominante. As lutas na raiz do aparecimento de novos sujeitos políticos e históricos no campo, novas formas de lutas sociais, novas forças sociais e políticas, cujo reconhecimento hoje, é sem dúvida o maior desafio aos partidos políticos e especialmente aos que se colocam como oposição ao Estado" (Martins, 1984; 75-76).

O que está em jogo para a economia familiar é o processo de expropriação, no qual estão ameaçadas as suas possibilidades de controlar os recursos mínimos indispensáveis: terra e trabalho familiar. Pois as unidades econômicas capitalistas têm suas condições de reprodução basicamente assentadas na possibilidade de expropriação da economia familiar já que visam implantar-se nas terras que esta ocupa e cria modalidades específicas de submeter a força de trabalho do camponês as necessidades de produção (cf. Musumeci, 1988; 30-33).

Basicamente na década de oitenta, na região sul do país, surge um ingrediente novo no campo, que contribui para agravar mais a situação para o homem que trabalha a terra. É o fim da fronteira agrícola, tanto de ordem interna (dentro da própria propriedade), como de ordem externa (outras terras da região). Como as propriedades são pequenas e as famílias normalmente grandes (8-10 filhos), alguns filhos são obrigados a migrarem para as cidades ou sujeitarem-se ao assalariamento em propriedades maiores. Aí está também a origem de grande parte dos "Sem Terra" da Região Sul. É o fim da fronteira agrícola, um elemento de muito peso na quebra da normalidade da reprodução da vida familiar camponesa.

Esta situação desfavorável à pequena produção leva à organização e a lutas de vulto considerável, por melhorias no meio rural. Estas lutas e organizações se dão de modo paralelo às organizações corporativistas controladas pelo Estado. Pois os canais tradicionais de organização e representação política, nos anos pós 64, no Brasil, passaram a ser severamente controladas pela ditadura militar e muitos líderes sindicais combativos foram eliminados.

A sociedade civil buscou outras formas de organização fugindo do controle do Estado. Desfrutando de certa autonomia, busca o reconhecimento de legitimidade e representatividade perante o sistema.

Surgem, assim, formas de lutas, concepções de vida e movimentos sociais com novo caráter, procurando ser resposta às mais variadas formas de repressão e centralização do poder. E com o tempo, vai sendo construída uma cultura política - crítica - com

novos atores político-sociais.

São formas autônomas de organização e mobilidade, desvinculadas das instituições e partidos. Lutam por temas novos como: autonomia, descentralização política e econômica, ampliação da esfera política, democracia de base, deslegitimação do Estado, redefinição da cidadania e a formação de um novo sujeito e ator histórico (cf. Scherer-Warrem e Reis, 1985;5).

No campo estes movimentos e organizações surgem em torno de questões da terra e das crescentes dificuldades na reprodução da economia familiar.

É no desenvolver das lutas e ações coletivas no campo, que o movimento vai acumulando experiências e redefinindo suas reivindicações básicas.

"A terra passa a ser uma condição de luta para reivindicar junto ao Estado o cumprimento dos direitos de cidadania das populações rurais, como espaço vital para a sua participação na sociedade contemporânea que assegure aos que nela trabalham, um lugar de vivência autônoma possível. A terra surge como estratégia de construção de uma identidade social na qual se viabilize também a liberdade da diferença. É nesta perspectiva que as lutas agrárias desencadeiam um processo social que apressa a tentativa de proposição de um projeto transformador da sociedade" (José V. Tavares dos Santos, 1985;14-15).

Nesta mesma linha, Ianni afirma que os novos movimentos sociais do campo surgem enraizados numa concepção particular da terra, num contexto de gradativa acentuação das dificuldades de reprodução da economia familiar numa crise de representatividade das instituições tradicionais dos problemas e interesses do camponês, consequência da centralização do poder e da repressão. Elas expressam a revolução que ocorre no campo, acompanhando o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo. Além de tornarem explícito aspectos significativos da questão nacional, expressando conotações culturais, religiosas, raciais, éticas e regionais,

"expressam também a metamorfose do trabalhador ru-

ral em cidadão, o camponês em membro do estado nacional. As diversas características dos movimentos sociais do campo sugerem diferentes relações e influências recíprocas entre o campo e a cidade, a agricultura e a indústria, as classes sociais agrárias e as urbanas, o camponês, o assalariado rural e o operário urbano" (Ianni, 1985;159).

Para se considerar o campesinato como classe, os problemas e dificuldades se avolumam, tais como: o que é a classe camponesa, que condições a geram, que características tem o processo de diferenciação social e o problema de classe como sistemas de ação e relação política, de enfrentamento social. As dificuldades aumentam se considerarmos a totalidade da diversidade da condição camponesa: são sitiantes, colonos, parceiros, meeiros, arrendatários, moradores, agragados, posseiros, ou índios, mestiços, negros, mulatos, brancos, isto é, trabalhadores rurais que combinam condições sociais, econômicas, políticas, étnicas e culturais bastante peculiares (op.cit.).

Os trabalhadores rurais que participam dos movimentos sociais têm claro que a incorporação da cidadania plena, só se dará através de uma Reforma Agrária ampla, que vá além de uma mera distribuição de terras. A Reforma Agrária se tornou símbolo de luta, a própria identidade social dos movimentos sociais do campo, pois dela depende a ampliação da participação econômica, social e política dos trabalhadores rurais.

No processo de conscientização e participação dos trabalhadores rurais, a Igreja Popular inspirada na Teologia da Libertação, muito tem contribuído. Pois em muitos dos movimentos sociais do campo, a identidade resulta de uma combinação de direitos com religião, isto é, uma identidade político-religiosa. Para citar uma, o Movimento Sem Terra, vive tal situação. Isto revela a presença da Igreja nos movimentos, e a importância da recuperação de questões culturais próprias dos grupos subalternos, como a religiosidade popular na afirmação de sua identidade e cidadania. A Igreja tem se tornado um canal de expressão política destes movimentos, usando o seu peso institucional e político em face ao

Estado, visando influir na definição de políticas para o campo (cf. Grzibowski, 1987; 66).

— Nos movimentos sociais do campo, que se apoiam no trabalho da Igreja, encontramos uma espécie de democracia de base, um igualitarismo comunitário, onde todos participam das decisões e acreditam no seu saber e na sua capacidade de resolver os problemas que enfrentam. É a experiência da prática das CEBs que é levada para dentro dos movimentos sociais do campo, como continuidade.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é a mais ampla e atuante organização da Igreja no campo. Na sua atuação no interior dos vários movimentos, tem desempenhado

"uma função de intelectual orgânico, isto é, diretiva, organizativa e educativa" (op.cit.; 68).

A CPT, como a mais importante mediadora, tem adotado uma política interna de estimular a busca de autonomia dos movimentos. Atuando como um agente para a organização inicial, e oferecendo assessoria quando procurada pelos líderes dos movimentos, e, em muitos casos, propondo cursos para a formação de coordenadores.

No campo, as lutas sociais estão além dos partidos políticos que não estão conseguindo representá-las. O partido que mais tem conseguido se aproximar dos movimentos com certa penetração foi o Partido dos Trabalhadores (PT). O PT tem procurado levar até as instâncias políticas, reivindicações dos movimentos sociais do campo. Por outro lado, muitos integrantes destes movimentos disputaram cargos políticos, municipais, estaduais e federais por este partido. Na verdade existe uma mesclagem ou inter cruzamento muito grande entre: Movimentos Sociais do Campo, Partido dos Trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra, "Sindicalismo Combativo" e Central Única dos Trabalhadores. Isto se deve ao fato, principalmente, de várias pessoas estarem vinculadas, e mesmo na linha de frente, de várias destas organizações ao mesmo tempo.

Nos três estados do sul do Brasil, os "novos movimentos sociais do campo" surgem no final da década de setenta, como que um grito de resistência contra o modelo econômico de con-

centração, ligado ao capital internacional, que acelera o processo de expropriação de pequenos proprietários rurais e expulsão de posseiros e arrendatários de suas terras.

Os agricultores da região sul, passam a se conscientizar das dificuldades e contradições. Com isso tentam criar novas bases para a sua reprodução no campo através das organizações e movimentos. Alguns movimentos tiveram relevância nacional, como o Movimento dos Sem Terra, o Movimento contra a Construção das Barragens: Itaipu/PR e Bacia do Rio Uruguai/SC-RS, movimentos indígenas e mais recentemente o Movimento das Mulheres Agricultoras, objeto desta pesquisa. Outros movimentos, mobilizações momentâneas e organizações podem ser citadas também como importantes para o entendimento das questões sociais do sul do Brasil nos últimos dez anos; a mobilização dos Índios Kaigangues de Nonoai/RS, Chapecó/SC e Sudoeste do Paraná; a mobilização contra a "Peste Suína" realizada em Chapecó/SC; a mobilização contra as altas taxas de juros cobrados pelos bancos aos financiamentos para os agricultores, com o fechamento de muitas agências bancárias nos três estados por vários dias, pelos agricultores; a mobilização contra os baixos preços da uva/RS; bloqueio das principais estradas que cortam o sul, feito pelos agricultores como protesto contra a política agrícola da "Nova República"; boicote dos fumicultores na entrega de uma safra de fumo, por preços mais justos; e outras.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MTRST) começou a se estruturar nos três estados do sul do País a partir de lutas localizadas, no ano de 1980.

No Rio Grande do Sul, a gota d'água foi a ação dos índios de Nonoai, que expulsaram os arrendatários de suas reservas. Expulsos, sem terra e sem trabalho, esses camponeses passaram a reivindicar terra para trabalhar. Após serem expulsos das fazendas Macali e Brilhante, decidiram acampar ao lado da estrada. Surge o Acampamento da Encruzilhada Natalino em Ronda Alta. A partir daí, os milhares de sem terra do Rio Grande do Sul foram se organizando e fizeram inúmeras ocupações e manifestações públicas no interior e na capital, numa luta contínua pela Reforma Agrária.

No Paraná, os expropriados pela barragem binacional de Itaipu dão início ao Movimento dos Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). No Paraná também os sem terra surgem aos milhares e se organizam rapidamente em todo o Estado.

Em Santa Catarina, o movimento nasce com a ocupação da fazenda Burro Branco em Campo Erê, no ano de 1980 (cf. Lisboa, 87;32).

A Igreja assume a defesa dos ocupantes e usando de sua força e peso institucional, teve participação decisiva juntamente com alguns sindicatos de trabalhadores rurais na conquista da terra pelos ocupantes. A partir desta conquista, a Igreja e alguns sindicatos da região oeste deram uma contribuição muito grande na organização dos Sem Terra. O Movimento dos Sem Terra, na medida em que vai se estruturando e ampliando os grupos organizados, torna-se mais independente e passa a organizar ele próprio as ocupações, para a posterior conquista em definitivo das terras. Mesmo nesta fase a Igreja sempre deu apoio e assessoria.

Em maio de 1985, em torno de 2.000 famílias ocuparam mais ou menos 5.500 hectares de terra em áreas improdutivas em vários municípios do Oeste Catarinense (cf. Lisboa, 1987).

Em 1985, o movimento já estava organizado a nível nacional. Considerando o contexto de discussão sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária, o movimento passou a planejar as ocupações de terras improdutivas, visando acelerar o processo de Reforma Agrária.

O Movimento dos Sem Terra, sob o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra", materializado com as ocupações, criou muitos conflitos no campo, com latifundiários, solicitando a intervenção do Estado para solucionar os problemas. Foi nestes termos que a Reforma Agrária deu alguns passos. As ocupações organizadas e os acampamentos, têm sido as formas de luta e resistência dos Sem Terra, mais freqüente e eficiente para as conquistas do movimento.

"Os acampamentos são sempre formados de agricultores sem terra que chegam juntos a um mesmo local e vão montando seus barracos ordenadamente um ao lado do ou-

tro (...) são feitos de suporte de madeira ou bambu e cobertos por uma lona de plástico" (Lisboa, 1988; 33).

A Igreja Progressista e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) têm feito as mediações principais do movimento, juntamente com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT) e alguns sindicatos "combativos".

Lisboa, destaca como características mais relevantes do movimento: a descentralização do poder (organização), relação comunitária, projeto de uma nova sociedade, luta pela autonomia e liberdade, deslegitimação do Estado, luta pela cidadania, resistência ativa não violenta, valorização do papel da mulher e a fé como suporte para enfrentar a luta (po.cit.).

O sentido político da ação dos Sem Terra não decorre das relações mais imediatas que eles mantêm, mas está no fato de colocarem claramente para a sociedade a sua situação comum de excluídos, devido a estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários de forma individual ou em grupos coletivos.

Outro movimento de forte ressonância no sul do Brasil tem sido o Movimento das Barragens. Ele nos permite distinguir duas situações que mais se destacam: uma ligada a construção da barragem binacional de Itaipu/PR, para produção de energia elétrica ao Brasil e Paraguai. Outra, a construção de usinas hidrelétricas ao longo da bacia do Rio Uruguai/SC/RS.

No Paraná, a construção da usina hidrelétrica de Itaipu e a conseqüente formação do lago que inundou as terras ocupadas por cerca de 42 mil pessoas, foi decidida dentro do projeto de "Desenvolvimento e Segurança Nacional" do Estado Burocrático-Autoritário, a nível de cúpula e mantendo a população potencialmente atingida, desinformada sobre sua situação e o processo de indenização (cf. Schiochet, 1988; 17).

No projeto da Bacia do Rio Uruguai, a situação tem início de forma diferente, pois nesta região, o movimento dos possíveis desapropriados antecede ao início das obras de construção das hidrelétricas. O movimento iniciou sua luta por indenização jus

ta pela terra e benfeitorias. Mas ao longo de sua trajetória este movimento evoluiu em relação as reivindicações: "terra por terra na região" e posteriormente "não a construção das barragens" (cf. Scherer-Warren e Reis, 1986). Face a situação de irreversibilidade do projeto de construção de suas barragens previstas (Itá e Machadinho), o movimento passou a negociar com a Eletrosul (empresa construtora), as indenizações e a desocupação da área que seria inundada. No caso de Machadinho, após o acordo fechado com a Eletrosul, e esta não tendo verbas para honrá-los dentro dos prazos previstos, levou o movimento a entrar na justiça, ocupar as instalações e expulsar a empresa da área. A partir daí o lema do movimento passou a ser: "Machadinho-Barragens nunca mais". Em Itá, embora as obras estejam mais avançadas, a empresa está encontrando muitas dificuldades para concluir as indenizações e a mudança de local do povoado.

Com a fragilidade econômica demonstrada pela empresa quando não cumpriu vários acordos com a população envolvida, o movimento se mostrou mais forte, não ficando só na defesa, mas antecipando-se aos problemas, que por certo viriam, como: ter que sair da terra sem a devida indenização ou conseguir apenas parte dela; ser transferido para locais onde as terras não produzem, etc.

As formas de luta levadas pelo movimento foram basicamente:

"de atuação sobre a opinião pública (Romarias, Concentrações, Atos Públicos, elaboração de boletins, panfletos e cartazes), e ações concretas com características de formas de desobediência civil, como a retirada dos marcos" (Scherer-Warrem e Reis, 1986).

Um dos aspectos que merece maior destaque a este movimento e que o diferencia de outros movimentos do gênero, é a sua antecipação ao processo de execução dos projetos de construção das barragens. Isto podemos atribuir ao fato de o movimento conhecer previamente situações negativas e resultados desfavoráveis proporcionados pela execução de outros projetos. Devemos considerar também que na região da Bacia do Rio Uruguai já existiam várias ou-

tras organizações e em muitas comunidades potencialmente atingidas, um trabalho de formação de consciência política desenvolvido pela Igreja através das CEBs. E ainda neste período de final da década de 70 e início de 80 a conjuntura política nacional já é mais favorável no sentido de um relativo relaxamento da repressão às lutas populares (cf. Scherer-Warrem e Reis, 1988).

Várias outras lutas, mobilizações, manifestações e organizações importantes devem ser colocadas no contexto dos movimentos sociais para que sejam elucidadas melhor as bases populares articuladas que colocam para a sociedade e na esfera pública os seus problemas, as aspirações, as propostas de solução e também as utopias. Em Santa Catarina, e principalmente pela força organizada dos pequenos produtores rurais do Oeste do Estado, várias formas tem sido encontradas para manifestações que na maioria das vezes foram dirigidas contra o Estado.

A primeira foi em 1979, contra aquilo que os agricultores produtores de suínos chamaram de "Farça da Peste Suína Africana". Ao nível da consciência e discurso dos agricultores, esta foi projetada pelo Governo, para defender e promover interesses de empresas multinacionais, detentoras de tecnologia mais avançada na produção de suínos, bem como os produtos que a atividade envolve: raças, medicamentos, equipamentos e rações. Em decorrência disso, o objetivo final era a obtenção de um produto de melhor qualidade.

Segundo lideranças sindicais da época, e que participaram da mobilização, o Oeste de Santa Catarina era o maior produtor de suínos, colocando o Estado em primeiro lugar na produção nacional. O Governo processa uma aniquilação daquele tipo de produção tida aos olhos de seus técnicos como primária e o produto de péssima qualidade. As propriedades são invadidas pela polícia militar e exército, que sacrificam milhares de suínos a tiros de fuzil e metralhadora, sob a simples alegação de contaminação da Peste Suína Africana, sem fazer qualquer tipo de exames para comprovar ou não a doença. Os suínos eram sacrificados, enterrados ou queimados, especialmente os que estavam prontos para o abate e as matrizes.

Contra estes abusos, a Igreja e mais especificamente a Diocese de Chapecó, sob a liderança de seu Bispo, Dom José Gomes, mobilizou os agricultores, com a ajuda de alguns sindicatos, para uma grande concentração em Chapecó. Aproximadamente 20 mil pessoas lotaram o estádio Indio Condá, onde várias lideranças discursaram em tribuna livre. Ao final, todos saíram em passeata pelas principais ruas da cidade, com faixas e cartazes e o silêncio era o grito de protesto mais forte.

Com as manifestações, a matança dos suínos cessaram, mas o Governo conseguiu os seus objetivos. Os agricultores amedrontados com a situação reduziram em muito a produção quando não acabaram por completo, até mesmo com as instalações. Apareceram então as raças híbridas Norte-Americanas.

Um outro tipo de manifestação, de cunho político-religioso, são as Romarias da Terra, promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT - entidade ligada à Igreja). As Romarias reúnem cerca de 50 mil pessoas todos os anos em locais diferentes, mas sempre com a questão da terra como enfoque principal.

Nas Romarias são feitas encenações que se referem a realidade vivida pelas populações do campo. Elas são acima de tudo, uma forma de protesto contra os governantes que não desenvolvem qualquer política agrícola que atenda as necessidades da pequena produção. Na tribuna livre, as lideranças dos agricultores fazem discursos inflamados, enfocando o drama da problemática vivida na agricultura e com insultos e desafios dirigidos contra os representantes dos órgãos públicos e governantes. O encerramento é sempre feito com uma Celebração Religiosa.

A CPT consegue trabalhar nas Romarias dois aspectos muito importantes, mesclando a religiosidade popular com conteúdos político-ideológicos. A maior parte do tempo é destinada acentualmente a formação de consciência política. A organização dos agricultores é sempre ressaltada como imprescindível caminho na busca de alternativas viáveis para a reprodução na agricultura. Por outro lado, tem o intuito de alertar os governantes para os problemas graves vividos pelas populações que trabalham a terra.

Em 1985, no início do governo Sarney, os agricultores do país inteiro, descontentes com a política para a agricultura, promoveram várias manifestações. Em Santa Catarina, as organizações populares do campo se uniram para protestar contra as altas taxas de juros cobradas pelos bancos, para financiamento de lavouras. As cidades, principalmente do Oeste do Estado, foram ocupadas pelos agricultores. Durante uma semana os agricultores mantiveram as agências bancárias fechadas, impedindo que os funcionários entrassem nos bancos, através de vigília permanente. Em algumas cidades o comércio também manteve as portas fechadas em solidariedade aos agricultores.

No final, o governo esvaziou as manifestações editando o Plano Cruzado, que tinha como um dos itens principais o congelamento dos preços de todos os produtos e salários, e, dos juros bancários. Sem entender muito o que significava o Plano, os agricultores voltaram para suas casas, certos apenas de que não adiantava mais continuar com as manifestações.

Além destas manifestações, outras mais ocorreram nas últimas duas décadas, e que também fazem parte da história da vida do campo em Santa Catarina. Por várias vezes os agricultores fecharam rodovias importantes que cortam o Estado, como forma de protesto contra os baixos preços dos produtos agrícolas. Em uma destas manifestações os agricultores fecharam a ponte Colombo Salles, única via de acesso à capital do Estado.

Em muitos municípios, são feitas concentrações de agricultores, todos os anos, no dia 25 de julho, dia do Agricultor. Nestas concentrações são feitos discursos pelas lideranças, sobre a situação do agricultor na conjuntura nacional. Os sindicatos com a colaboração da Igreja são os organizadores. No final do período, geralmente é feita uma celebração religiosa.

Todas estas formas de organização e manifestação do campo em Santa Catarina revelam a força e o poder de luta desta população que vive e trabalha na agricultura em circunstâncias bastante desfavoráveis.

CAPÍTULO III

REVISÃO DE LITERATURA

a) Mulher Camponesa Latino-Americana

No Brasil, como nos demais países latino-americanos, não são raros os problemas de ordem social, política e econômica. Os períodos de crises são constantes, apenas se alternam com pequenas fases de melhorias. Esta situação de crises constantes, principalmente econômicas, próprias de países de terceiro mundo, incide de maneira peculiar no papel das mulheres que como "donas de casa", as quais enfrentam diretamente os problemas de desabastecimento e de redução da capacidade de compra devido as defasagens salariais ou dos preços dos produtos da agricultura artesanal. Foi a partir do âmbito doméstico que as mulheres aprenderam a explicitar coletivamente seus problemas e preocupações.

Em muitos países latino-americanos,

"a mulher camponesa começa a explicitar seus direitos e possibilidades políticas através da organização, instrumento próprio de uma coletividade constituída. Quando descobre o direito de uma vida e atuação pública, aparecem as reivindicações de gênero e identifica-se como movimento popular" (Rosário, 1987; 247).

As duas perspectivas, de gênero e de classe, têm caracterizado o movimento de mulheres camponesas da America Latina.

A luta desenvolvida no processo de recuperação da democracia e das liberdades individuais e coletivas, também esteve vinculada a reivindicação de um espaço feminino na sociedade e mudanças no âmbito doméstico, que na prática participativa foi sendo politizado. O melhor exemplo foram "Las Madres de la Praça de Majo", na Argentina. Depois de um período militar, as mulheres adquiriram maior consciência de seu papel dentro do movimento popular e ao mesmo tempo percebem-se subordinadas e submissas nas or-

ganizações mistas e na vida cotidiana doméstica e social. A partir de práticas organizativas, as mulheres entraram em um processo de autovalorização da condição feminina, buscando a superação das distinções discriminativas, imposta desde uma visão machista da sociedade. Esta consciência vai contribuir para a formação de uma nova ideologia de acordo com os novos atores que emergem no processo histórico de luta e desenvolvimento popular (cf. Rosário, 1987;248).

O fato de as mulheres serem mais visíveis nos movimentos sociais dos últimos anos e de estarem criando por sua parte movimentos próprios, Arizpe atribui a dois grandes eixos históricos:

"de um lado o rompimento do dique demográfico com a prolongação da vida humana. Ao mesmo tempo que quebrou um fatalismo fisiológico com a disseminação da contracepção. Seu efeito tem sido fulminante com relação a mulher. Seu papel como reprodutora biológica tem perdido proeminência e inclusive, em muitas sociedades, se está minimizando. Como consequência as mulheres têm que ir em busca de um destino adicional. Por outro lado a irrupção do industrialismo em quase todas as regiões do mundo, que transformou o papel tradicional das mulheres em todas as sociedades" (Arizpe, 1987; 15).

A presença de mulheres camponesas nas diferentes mobilizações populares do campo pela América Latina afora, torna-as sujeitos ativos de mudanças sociais. A heterogeneidade de suas ações, das demandas, das formas de luta e organização, revela preocupações ainda primárias, mesmo que se constituam em genuínas demandas sociais.

Segundo Rosário (1987), se os mercados e regimes criam condições cada vez mais intoleráveis para a esfera privada, reino das mulheres, estas saltam para a esfera pública para denunciar, numa linguagem própria da esfera privada. Quando usam da linguagem própria, são criticadas e ridicularizadas, porque os partidos políticos e os sindicatos não entendem como se articulam as esferas privada e pública. Daí que se fala tanto, de uma nova for-

ma de fazer política, de novas organizações e relações sociais e também de uma nova concepção de política (op.cit.).

A questão de fundo do movimento de mulheres é a luta contra as formas de dominação; enquanto pertencentes a classes sociais e vivendo tal situação, enquanto mulher submissa na unidade de produção familiar e excluída da sociedade. A exclusão se evidencia para as mulheres, no fato de não poderem influir nas decisões que definem as concepções e procedimentos, mediante os quais se organiza a vida pública.

Para Arizpe, as demandas dos movimentos sociais de mulheres são ainda muito modestas;

"pedir, participar e não decidir é uma forma tão modesta de fazer política" (op.cit.; 19).

As mulheres têm participado de lutas em movimentos sociais desde os primórdios de nossa história, respondendo a uma situação desfavorável de classe e de identidade. Mais recentemente e como novidade histórica e que tem se estendido a setores significativos da população surge o processo de busca de autonomia das organizações de classe e gênero, tais como, nas organizações de mulheres suscitadas pela presença da Igreja ou partido político.

As organizações das mulheres do campo, de modo geral e especificamente o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, têm contado com o apoio inicial quase exclusivo da Igreja, especialmente no espaço já consolidado das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). É através deste canal de participação coletiva, que a mulher agricultora começa a se perceber submissa no cotidiano da vida doméstica e até desenvolvendo trabalho servil. Trabalho não reconhecido socialmente e que além de ser isolado é pesado, adequa-se mal a institucionalidade política, que é fundada na lógica masculina de poder (cf. Rassanda, 1985;34).

A própria organização familiar e a divisão sexual do trabalho obstaculariza a participação das mulheres, pois além de terem responsabilidades domésticas, têm sobre si a pesada carga ideológica da feminilidade (cf. Jelin, 1987;316). Reagindo a esta situação, as agricultoras, como outras mulheres da socieda-

de contemporânea, passam a não aceitar a divisão do trabalho entre sexos, pela qual cabem à mulher todas as atividades domésticas, deixando ao homem o relacionamento externo ao lar.

"O fato de a mulher ser mãe não justifica que ela assuma todos os encargos da procriação, o que acarreta a sua dependência do homem, que passa a ser o único a trazer dinheiro para casa. É esta dependência que forma a base de subordinação da mulher, no plano econômico em primeiro lugar e nos demais por consequência" (Singer, 1980; 113).

É a divisão sexual do trabalho que garante à mulher o título de "rainha do lar". Esta divisão, amarra a mulher à vida doméstica de tal forma que dificulta em muito qualquer atividade no setor público que exige deslocamento. Para as mulheres agricultoras os problemas, evidentemente são ainda maiores devido a distância que as separa dos centros urbanos.

É comum e normal se considerar o trabalho da mulher na unidade de produção familiar, como sendo apenas complementar ao trabalho masculino. Mesmo que em muitas atividades a mulher, na realidade, assume um papel fundamental para o funcionamento e desenvolvimento do todo.

"O trabalho feminino na unidade familiar não é compreendido ou valorizado, geralmente pelo fato de ser realizado no âmbito privado ou doméstico, difícil de ser contabilizado ou quantificado" (Munoz, 1986;395).

O que define a mulher camponesa como tal, parece não ser a sua inserção no trabalho agrícola, mas de maneira mais acentuada, pela inserção familiar, isto é, por ser membro de uma família camponesa.

Merece consideração o fato de a luta da mulher camponesa não ter um caráter multiclassista e nem globalmente feminista, mas sim expressa a luta de maiorias camponesas exploradas.

Segundo Munoz, a problemática campesina, está ao mesmo tempo situada num contexto de classe camponesa explorada e de uma afirmação dos direitos básicos para exercer uma maior participação política na sociedade (op.cit.; 396).

É no contexto do movimento camponês e das lutas do campo que deve ser entendida a organização e participação da mulher camponesa. E o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina não é diferente. Como veremos em detalhes no capítulo IV, ele surge a partir de uma luta para transformar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, num sindicato dinâmico, combativo e de busca de melhorias para os trabalhadores rurais. É a partir das dificuldades e problemas de classe que surge o movimento. As questões específicas, as quais chamaremos de lutas de gênero começaram a ser colocadas e discutidas num segundo momento. Neste sentido, o Movimento de Mulheres Agricultoras se projeta nestas duas perspectivas; que não são excludentes mas complementares: gênero e classe. De um lado se lança na somatória de forças com os outros movimentos sociais do campo, contra o Estado enquanto tutor das relações capitalistas de produção que chegou ao campo e destruiu grande parte daquilo que caracteriza na essência o campesinato, e que, colocou todos os trabalhadores do campo em situação de constante expropriação, e, de subordinação aos interesses do grande capital, especialmente das agroindústrias. Por outro lado, no segundo momento se lança contra uma situação que lhe é específica, de subordinação e submissão na unidade familiar, numa divisão sexual de trabalho desfavorável.

b) Gênero e Classe

Tentaremos elucidar a complexidade das lutas de classe e gênero, que por sua vez também são indissociáveis do dualismo: privado X público.

As mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura sempre estiveram invisíveis, imperceptíveis e nunca foram reconhecidas como tal pelo conjunto da sociedade.

"Se na indústria a participação da mulher vem crescendo, no campo ela sempre trabalhou" (Lavinias, 1988; 27).

A importância crucial do papel da mulher é histórico e inegável para o desenvolvimento da agricultura a partir das unidades familiares de produção. Pois a produção agrícola, no Bra-

sil, bem como na maioria dos países latino-americanos, é feita a partir da unidade familiar. Mesmo desempenhando função importante, a mulher sempre se pensou como ajudante do marido, trabalhando para a família, reconhecendo-se como desprovida de identidade própria, entendendo-se apenas como mulher do produtor. Para a pergunta: Quem é a senhora? A resposta sempre foi: eu sou a mulher de fulano de tal... Esta situação histórica de subordinação e submissão passiva nos lembra uma idéia do Positivismo de Augusto Comte; que os proletários reconheceriam, com a ajuda feminina, as vantagens da submissão e de uma digna irresponsabilidade. Ele afirma ainda que a submissão da mulher é natural (cf. Löwy, 1988;39).

Mas os proletários suplantaram estes ideais de Comte, e, as mulheres estão fazendo o mesmo. As mulheres urbanas já há mais tempo, as rurais estão na verdade começando. E o ponto inicial é primeiro perceber-se com trabalhadoras na agricultura e buscar o reconhecimento de tal fato pela sociedade.

Com a realidade do Movimento de Mulheres Agricultoras, não só se repensa a afirmativa: "mulher não participa politicamente", mas a própria concepção de atividade política é ampliada, envolvendo as práticas cotidianas vivenciadas na área da reprodução e de outras relações extra-produtivas, pois aquilo que geralmente é considerado como sendo pessoal, particular ou íntimo é também político. A condição da vida cotidiana vivida pela mulher, é politizada e levada para fora do âmbito familiar e disputada na coletividade (cf. Lavinias, 1988; 28).

Segundo Lavinias, na tentativa de politização do privado e de torná-lo público, as mulheres encontram um grande obstáculo existente na sociedade; o patriarcalismo que aparece consorciado com as diretrizes do capitalismo. A luta contra o patriarcalismo, torna-se fundamental para o avanço do movimento, pois ele é uma constância no cotidiano das mulheres camponesas. Para tanto, necessário se faz a construção de uma identidade autônoma das mulheres enquanto "sujeito político", que disputa espaço na sociedade, através de uma luta eminentemente democrática. A opção por este caminho, implica na construção de uma nova concepção de política em que:

"... não só se politize o privado, mas também se socialize o político; onde num projeto social amplo, se busquem novas relações entre homens e mulheres, projeto de natureza igualitária, horizontal e realmente democrático. Neste sentido, liberdade será sinônimo de direito de ser diferente - igualdade na diversidade - e o processo de libertação será obra dos próprios sujeitos político aí envolvidos" (op.cit; 28).

Este projeto social amplo ou projeto/utopia político difere dos projetos dos partidos políticos e dos outros movimentos sociais. O direito de ser diferente e a igualdade da diversidade são elementos específicos de mulheres. O projeto/utopia do Movimento de Mulheres Agricultoras vai sendo construído a partir da politização do privado e das discussões e estudos desenvolvidos de forma coletiva nos grupos organizados das comunidades. Um projeto onde estão colocadas as necessidades de mudanças profundas nas relações entre sexos na sociedade e na unidade familiar, vistas a partir deste ator social.

Sader, em relação ao movimento, afirma que, mesmo que nunca tenham se constituído em coletivos sexuais no interior dos movimentos sociais, as mulheres dos setores populares, enquanto participantes adquirem o sentido da cidadania. Cidadania entendida como direito a justiça social, direito a participação política, direito a emancipação enquanto indivíduo. Mas como toda diferença é aí vivida como ameaça à "fraternidade dos oprimidos" (Sader, 1988), as divergências entre os sexos não chegam a aflorar com muita intensidade na coletividade e são transferidos para o confronto com o Estado. Mesmo que sejam os problemas causados pela desigual divisão sexual do trabalho, o que leva as mulheres a interpelarem o Estado ou poder político representado, reivindicando melhores condições de vida, a questão chave - divisão sexual do Trabalho - não se torna evidenciada. O conflito é camuflado e submerso através de reorganizações de tempo e espaço do cotidiano doméstico, para que as mulheres possam participar de organizações políticas e/ou movimentos sociais. Faz-se rearranjo dentro da família, em nome da solidariedade entre os excluídos, em

vista de possibilitar maior participação no social.

Para Lavinias, no entanto, as relações sociais de gênero no campo não aparecem como construtivas do universo social. A diferença entre ser homem e ser mulher, e das suas consequências para se ter um lugar ao sol e na divisão do trabalho, sempre foi apagada em detrimento do "somos todos cidadãos". Esta diferença emerge na medida em que for explicitada. A explicitação e a integração das relações de gênero enquanto relações sociais fundadas numa contradição constantemente recriada e redefinida possibilita a emergência de sujeitos sexuais, isto é, sujeitos que integram, na sua identidade, as duas dimensões do ser social feminino: classe e gênero (op.cit.5).

As mulheres constituem-se em atores sociais, entendidos como coletivos portadores de um projeto/utopia político-social, definido a partir de uma realidade específica de relações que se dão no campo, e da projeção de um dever histórico, com a reelaboração de suas experiências específicas, como mulher e trabalhadora, de mulher e sindicalista, de mulher e militante.

Para Touraine, os atores de classe têm que ter uma identidade definida, e em nome da qual devem ser encaminhadas as lutas, contra um adversário de classe que também deve estar definido. Deve haver ainda uma determinação do campo de relações de força (cf. Touraine, 1987; 120-126).

Para Lavinias, enquanto tratando da questão das mulheres do campo, a constituição da identidade social, além da definição da identidade de classe, implica necessariamente num processo simultâneo de construção da identidade de gênero. As mulheres, num processo gradativo, vão definindo a identidade de trabalhadoras - compeonesas/agricultoras - simultaneamente ou em consequência da afirmação da identidade de gênero. Em outras palavras, não tanto pelo fato de ser mulher, mas pelas determinações sociais que este fato impõe.

"...a identidade de gênero seria um elemento constitutivo essencial da formação de qualquer outra identidade social. Ser operária, agricultora, morar na periferia, existir socialmente enquanto tal, significa ar-

ricular as relações de gênero e as relações de classe" (op. cit.; 11).

A autora considera correto trabalhar com o conceito de identidade de gênero além do conceito de identidade de classe. Para ela identidade de gênero seria uma forma de representar-se, rompendo com as representações sociais impostas pelos dominantes, através de novas práticas sociais (op.cit.;13). Neste sentido, o conceito de identidade de classe e gênero, não traz maiores problemas. Ele é confirmado na sua totalidade pela realidade do Movimento de Mulheres Agricultoras. Elas estão negando formas de representação social e política dos dominantes; a sociedade "culturalmente" machista, desde a super-estrutura até as representações institucionais mais próximas do cotidiano das unidades familiares (Sindicatos, Cooperativas, Centros Comunitários, Poder Público, Igreja...).

O Movimento das Mulheres Agricultoras enuncia e faz reconhecer a possibilidade de construir uma nova ordem social, com relações sociais diferentes entre sexos, onde seja repensada a divisão sexual do trabalho. Esta ampla perspectiva e também realidade do Movimento nos leva a concordar com algumas deduções colocadas por Lavinhas, e, que nos auxilia na elucidação desta questão:

"a) a identidade é uma categoria da prática, da ação e não uma categoria do pensamento. Ela emerge do interior de relações de dominação;

b) Não existe uma identidade em si. Seu conteúdo lhe é externo, forjado na ação, o termo identidade não pode situar-se fora de um contexto histórico determinado;

c) a identidade é uma categoria da prática enunciada, pois contribui para a construção do sujeito "eu" na sua relação com o outro" (op.cit. 14).

A identidade do Movimento foi construída a partir da realidade de dominação vivida pelas mulheres na unidade familiar e na sociedade mais ampla. É este contexto histórico de exploração e dominação; enquanto "agricultora" e enquanto mulher, que forja a emergência deste coletivo com identidade própria. As mu-

lheres agricultoras pelas suas experiências de lutas identificam-se enquanto pertencentes a categorias sociais com gênero.

Seguindo a linha de pensamento desta autora chegamos a categoria "identidade de gênero", enquanto um conceito teórico-político, que podemos empregar para melhor conceber estes atores sociais. A identidade de gênero é assim uma construção feita a partir do interior de relações sociais, geralmente conflituosas e de luta pela transformação destas relações. Tratar de identidade de gênero reveste-se, portanto, de uma dimensão estratégica, de uma nova forma de nomear-se e de projetar-se a partir da consciência de existir numa relação social de gênero determinada.

Ainda para Lavinas, querer reivindicar uma identidade social de gênero é como tomar um novo registro social e contextualizar aquele que foi imposto como natural e universal. A transformação só é possível se os antagonismos das relações sociais estiverem evidenciados, enunciados, aparentes, claros. Os antagonismos e seus conteúdos devem ser expressos pelos sujeitos coletivos. Quando o Movimento de Mulheres Agricultoras, enquanto grupo social em situação de dominação específica, buscou constituir-se em sujeito social, foi elaborando uma nova visão de si mesmo, do outro e da relação entre ambos. Esta nova visão foi sendo construída a partir do lugar social deste novo sujeito e ator, que é enunciada e serve como base para a construção de um discurso próprio. Aparece desta forma, o caráter dialético da relação sujeito-identidade. Isto porque, a identidade trabalha com as representações do eu, do outro e da sociedade (op.cit.; 16).

Nesta perspectiva, Henrique Dussel, na sua obra "Libertacion de la Mujer Y Erótica Latino-Americana", (1980), nos leva a concluir que, não haverá transformação da totalidade da vida social, se ela não partir do eu individualizado, passar pelo outro e chegar assim a sociedade global, numa construção nova, de novas relações. Não se trata da construção de um mundo só para as mulheres, mas de fazer parte da história como sujeito e ser considerado como tal. Trata-se da conquista de espaços na sociedade e merecer dela respeitabilidade. O fato de serem participantes como homens, nos acontecimentos políticos, sociais e econômicos per-

mite que sejam incorporados uns e outros como agentes da história em constante relação. São estas relações que determinam a dominação do espaço de um e de outro. Dominação que não nasceu com o capitalismo e nem resultado da divisão da sociedade em classes. E a eliminação dos meios de exploração capitalista pode não significar automaticamente a libertação da mulher.

c) Do Privado ao Público

"O movimento foi um jeito de tirar as mulheres de dentro de casa" (Coord. do Mov.).

A emergência das mulheres no espaço público é uma questão importante a ser pensada para que se possa entender as muitas mudanças ocorridas nas formas de sociabilidade, mentalidades e ações praticadas nestes últimos vinte anos da história brasileira.

Muito tem-se dito e escrito sobre a atuação na esfera pública da mulher urbana, especialmente a operária. Mesmo por que isto aconteceu bem antes que para a mulher do campo. No Sul do Brasil, a mulher agricultora só iniciou a disputa de espaços na esfera pública, na década de setenta, afora algumas excessões circunstanciais. Em alguns locais, no Nordeste, neste período, as mulheres agricultoras já participam, (no início dos anos setenta) das direções sindicais.

É no contexto das novas práticas e na descoberta de que a organização da vida privada, as melhores condições de vida para a família, depende da ação nos espaços públicos, e de lutas organizadas, que se dá a emergência das mulheres como personagens públicos, descobrindo-se como mulher, como pessoa e como cidadã (cf. Lobo, 1989)*

A mulher sempre teve presença marcante no espaço da Igreja. Em Santa Catarina, é no espaço da Igreja que a mulher começa a pensar em si e descobrir a sua realidade de mulher, de trabalhadora e de oprimida. A Igreja progressista, que é muito forte no Oeste deste Estado, de modo geral, propõe integrar a mulher agricultora à sociedade através das lutas sociais e da participação na comunidade, propondo a superação da discriminação da mu-

lher na família e que a relação entre marido e mulher seja mais igualitária. A família sempre foi o sustentáculo primordial da Igreja. Por isso a Igreja tem um cuidado muito grande, quando propõe relações diferentes na família. Para a Igreja, apenas estaria na hora da mulher obter maior consideração como pessoa.

A partir da participação efetiva nas CEBs, as mulheres trabalhadoras rurais, percebem as necessidades de ampliar a sua atuação. E é na ânsia de um relacionamento maior e mais amplo com o mundo, que questionam aquilo que parecia para sempre definido: a vida doméstica, a servidão voluntária na família e no trabalho e os modelos masculinos da vida pública que a mantêm marginalizada ou excluída (cf. Lobo, 1989).

A nível de sociedade mais ampla, os discursos feministas são importantes para chamar a atenção para a discriminação social e para a subordinação pessoal das mulheres, na sua sexualidade e nas relações familiares. Por outro lado, o discurso da Igreja progressista, embora limitado, foi importante para que as mulheres se descobrissem enquanto pessoas, e pessoas sexuadas, que por isso estavam implicadas em relações de obediência, de submissão e na maioria das vezes de negação de sua individualidade (cf. Lobo, 89).

Isto tudo contribui para que a mulher agricultora também se organize e saia de casa para reivindicar num primeiro momento os seus direitos sociais. E percebe que aquele que é o seu mundo, a sua vida privada, a divisão sexual do trabalho, a dupla jornada de trabalho e as desigualdades não são imutáveis. Descobre que, trabalhar na terra e trabalhar em casa enquanto o marido descansa não é uma coisa natural e que pode ser de outro jeito.

A descoberta dos direitos passa a ser o motivo principal para as mulheres se mobilizarem e se organizarem para a vida pública, onde elas começam a exercer uma vontade política e intervir nos seus destinos. A luta pela conquista dos direitos e benefícios da Previdência, conseguiu mobilizar o número maior de mulheres agricultoras em Santa Catarina.

A nova identidade das mulheres agricultoras surge de experiências em que se descobrem como cidadãs e pessoas. A par-

tir dos primeiros espaços públicos freqüentados, as comunidades de base, os clubes de mães, as associações...São locais ou espaços onde as mulheres transitam para a vida pública, se informam e se transformam.

Mas a mulher que sempre viveu no espaço doméstico da unidade familiar, onde nunca houve competição, encontra dificuldades ao entrar na esfera pública, onde a disputa do poder é constante. A mulher, especialmente a agricultora entra neste novo espaço com a mesma linguagem doméstica habituada a usar. Na esfera da representação política, de início é ridicularizada, pelo homem, até buscar ímpeto e impor as suas idéias e condições de igualdade. Com a disposição de quem veio para ficar, os limites são superados. Mulheres que foram eleitas como vereadoras e deputada viveram esta experiência, conforme veremos no Capítulo "V".

Esta nova dimensão de atuação encontrada pelas mulheres agricultoras na esfera pública, revelou questões novas também para as instituições e espaços públicos, não habituados a atender tal coletividade e muito menos suas reivindicações. Os órgãos de representação institucional, passam a ter que fazer readaptações e redefinições políticas para que os novos atores e suas demandas possam ser atendidas (Ex.: sindicatos, cooperativas...).

Organizadas no Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, além de lutarem pela ampliação dos espaços de participação política, concomitantemente as mulheres passaram a agir no sentido de obter melhorias na qualidade de vida, através de manifestações públicas, concentrações, passeatas, documentos interpelando órgãos competentes, etc.

Os problemas de ordem privada foram transformados em questões públicas, coletivas e a serem tratadas como tais na arena política. Ao lado das questões de exploração de classe, novos temas emergem e são colocados para a discussão política coletiva, na esfera pública: direito de ter ou não filhos, punição aos assassinos e estupradores, violências domésticas, aborto, etc... Temas estes considerados tabus, não só para as mulheres mas pela sociedade em geral, historicamente confinados aos espaços do quarto, da cama, da cozinha. Tudo o que constitui o privado e o cotidiano começa a ser levado para o público e a estar presente e impregnar a

prática política. O submerso, o escondido, o ignorado, o íntimo do cotidiano, é levado para fora, revelado no espaço público, discutido, politizado e tornado bandeira de luta.

São mulheres trabalhadoras, rurais e urbanas, que ao tentarem pensar sua dupla condição, explicitam a realidade cotidiana e as reivindicações especificamente feminino no âmbito do trabalho. Reivindicações que as organizações dos trabalhadores e a luta de classe nunca privilegiou ou deu a devida importância, como: o fim da discriminação salarial, profissional, sindical e condições de trabalho compatíveis com as tarefas de reprodução.

As discussões sobre o desconhecimento do corpo, em conjunto com as reivindicações por melhores condições de atendimento a saúde, revelam que as mulheres têm necessidades específicas e que as relações -saúde-enfermidade- não está isenta de determinantes culturais e ideológicos. O capitalismo patriarcal vincula a sexualidade da mulher ao controle de sua capacidade reprodutiva (cf. Debate Sindical nº 10).

Isto tudo evidencia que as mulheres trabalhadoras, rurais e urbanas, ao revelarem e levarem a público as suas questões específicas, vão colocando novas questões para serem pensadas melhor pelo conjunto dos trabalhadores e também pela sociedade como um todo. A articulação entre exploração de classe e exploração sexual é de fundamental importância para uma análise criteriosa da situação da mulher na sociedade e como parte do conjunto da organização dos trabalhadores, visando uma ação coletiva ampla de transformação. As novas relações sociais e entre sexos não podem ser propostas para a sociedade como um todo, se os próprios movimentos sociais não incorporarem em suas práticas coletivas, tal novidade de transformação.

CAPÍTULO IV

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS

a) Breve Histórico do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina

Em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Agricultoras surge motivado por dois fatores que podemos considerar como sendo determinantes. De um lado, a problemática vivida pela pequena produção no que diz respeito a sua reprodução e continuidade. Por outro, a emergência de inúmeras organizações no campo, voltadas para as questões agrárias, das quais as mulheres também participavam, embora de forma anônima.

No Estado de Santa Catarina, a elucidação desta problemática e organização no campo está aliada ao trabalho desenvolvido pela Igreja progressista (que segue os princípios da Teologia da Libertação), através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que em toda a região Oeste, desde o início da década de setenta, foi muito intenso e serviu para formar consciência política. Isto levou a eclosão de diversas formas de organização, mobilização e de lutas de acordo com a gravidade dos problemas, como: necessidade de terra para trabalhar; expropriação crescente da pequena produção; projetos de construção de barragens, cujas águas represadas inundariam as terras dos produtores rurais; ausência de uma política agrícola que beneficiasse a pequena produção; juros altos cobrados pelos bancos para o financiamento de lavouras, etc. Estes e outros problemas são discutidos inicialmente no espaço das discussões destes problemas. Isso tudo serve como "pano de fundo" para o surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras em Santa Catarina.

O Movimento de Mulheres Agricultoras surge alheio e independente das organizações e discussões do Movimento Feminista Brasileiro. Não queremos dizer com isso, que as mulheres agricultoras nunca tenham ouvido falar do Movimento Feminista e dos seus ideais. Pelo contrário, os meios de comunicação chegaram com

informações, ainda que vagas, até as unidades de produção familiar do campo. Algumas mulheres agricultoras, que participavam de outras organizações populares do campo tiveram algumas informações através de leituras e contatos com pessoas de centros maiores. Mas a Igreja Católica sempre se posicionou contra o Feminismo, sem entrar em detalhes ou justificar tal posição. Colocando apenas que os ideais do Feminismo seriam prejudiciais ao bom relacionamento familiar, criando, assim, um conceito negativo na população. Isto tudo, no início do Movimento de Mulheres Agricultoras, dificultou a participação de muitas mulheres, pois os maridos temiam que o novo movimento pretendesse colocar as mulheres no comando das unidades de produção familiar. Como a mesma Igreja estava incentivando a organização das mulheres, fez um trabalho de "esclarecimento" junto as comunidades, que não se tratava de um movimento feminista, mas que visava a "verdadeira libertação da mulher" e não a "falsa libertação" que seria a libertação sexual pregada pelo Feminismo (no entender da Igreja).

Pela concepção negativa sobre o Feminismo, as mulheres do Movimento de Mulheres Agricultoras não admitiam que se fizesse qualquer ligação com tais organizações. Na verdade, elas não tinham e não tem qualquer conhecimento do que é de fato o Movimento Feminista e a que se propõe. Isto é tanto verdade que, mais tarde na IV Assembléia Estadual, (1990) o feminismo foi um dos temas mais apontados para ser estudado pelo Movimento das Mulheres Agricultoras.

Por outro lado, queremos deixar claro que não houve nenhuma influência direta do Movimento Feminista, ou seja, não podemos creditar ao Feminismo o surgimento do Movimento de Mulheres Agricultoras, como veremos a seguir.

O Movimento teve início no dia 25 de julho de 1981, no distrito de Itaberaba, município de Chapecó. Para comemorar o dia do Agricultor, organizou-se um equipe de base, composta por membros do clero, lideranças rurais e do Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo inicial era organizar os agricultores, para conquistarem a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, tido como inoperante pela equipe de base. Algumas mulheres

também integravam a equipe, e, na oportunidade, levantaram a problemática de não participação da mulher no órgão sindical. Elas estavam decididas a reivindicar o direito de sindicalização que até então nunca fora cogitado na região. A sindicalização das mulheres torna-se uma das bandeiras centrais, levantada pela chapa de oposição, na luta pela conquista da direção do sindicato. Com a participação intensa e decisiva das mulheres agricultoras na campanha, a chapa de oposição chega a vitória. Durante a campanha, as Mulheres de Itaberaba levaram a questão da sindicalização a todas as comunidades do município de Chapecó, o que se tornou a fase inicial do Movimento das Mulheres Agricultoras.

A nova diretoria do Sindicato tomou a posse em fevereiro de 1982, viabilizando imediatamente a possibilidade de sindicalização das mulheres agricultoras. A luta pela sindicalização da mulher agricultora se espalha pelos municípios da região e com ela o movimento começa a ganhar força e vai se estruturando de acordo com as necessidades da organização. A sindicalização tem na verdade uma importância muito grande para as mulheres. É a possibilidade de reconhecimento oficial e legal de sua verdadeira identidade profissional e de direitos de cidadania. Outras reivindicações são colocadas de imediato pelas mulheres agricultoras, como: os benefícios da Previdência Social, assistência médica e aposentadoria.

Com a presença de religiosos e agentes de pastorais da Diocese de Chapecó, a data de 1º de Maio de 1983, marcou um momento importante para o movimento, com 28 mulheres reunidas no Pavilhão Comunitário de Itaberaba, onde foram definidos os rumos iniciais do Movimento de Mulheres Agricultoras. A partir deste núcleo, foi definida a organização do movimento no município, sendo dividido em sete setores*, com duas coordenadorias em cada setor.

Dez meses mais tarde, no dia 08 de março de 1984, Dia Internacional da Mulher, o movimento faz a sua primeira manifestação.

* Setores: São agrupamentos de várias comunidades, feitos pelo critério de proximidade geográfica; Os setores são usados pela Igreja Católica para facilitar o atendimento.

tação pública, reunindo aproximadamente quinhentas mulheres do município de Chapecó e da região, em Itaberaba.

Em 1985 a 1986, as mulheres agricultoras voltaram a comemorar o 8 de março, com respectivamente 2 e 3 mil participantes, sendo o último realizado no Seminário Diocesano de Chapecó. Nestas comemorações houve encenação, missa, almoço comunitário e tribuna livre. Os temas em geral concentravam-se em torno das lutas dos agricultores como: as barragens, os Sem Terra, os direitos das mulheres agricultoras, e, introduzindo gradativamente também questões específicas da mulher como o aborto, visto a partir da moral católica (cf. Martins, 1987).

A Diocese de Chapecó teve destacada importância na organização e orientação do movimento no seu início, principalmente através do SAI (Serviço de Apoio e Informação) e de seus agentes de pastoral e clerigos. As informações eram coletadas e repassadas às agricultoras através de textos impressos e cartilhas que eram estudadas e discutidas nos encontros e reuniões dos grupos de base. Hoje a produção do material é feita pela coordenação e liberadas* do movimento. Esta relativa autonomia na produção do material, possibilita a inclusão de temas novos e mais específicos, isto é, as questões de gênero que abordaremos adiante.

Na verdade, os encontros e reuniões organizados pelo movimento não são novidade para as mulheres. A maioria delas já participava de outros grupos (CEBs), e foi a partir deles que despertaram para a importância de integrarem a nova organização:

"Entrei no Movimento pelas dificuldades que a gente tem em conseguir os direitos. Eu já participava de grupos de mães. Já se falava da mulher desorganizada, que tinha que se organizar. Se tem 100 homens organizados, com as mulheres o número dobra" (militante do Movimento).

"Comecei a participar por causa das injustiças sociais; por ser mais da metade da população. Precisa somar

* Liberadas: São pessoas com dedicação integral para o movimento e para tanto recebem salário. É comum nos movimentos sociais do campo.

força com os homens para conseguir mais força. Bem no início aqui (Quilombo) o movimento era misturado com o clube de mães, mas com um material de conscientização que continuou aprofundando mais" (coordenação).

No início o movimento tinha uma dimensão classista muito mais forte. As mulheres aderiam ao movimento com a intensão de somar forças com os homens na luta pela conquista dos direitos dos trabalhadores. Só mais tarde é que são colocadas as questões específicas das mulheres, a começar pelo papel de subordinação e submissão da mulher na família.

No período de expansão do movimento, entre 1985 e 1986, a organização acontece de diversas formas. Em muitos municípios através de discussões iniciais sobre os problemas da agricultura e da mulher na agricultura, geralmente com o apoio do sindicato, da Igreja, dos clubes de mães ou CEBs. Em outros municípios, as mulheres foram estimuladas pela presença de membros da coordenação estadual do movimento ou da tão conhecida deputada Luci Choinaski, que desde o início era da coordenação estadual do movimento e fora eleita em 1986 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para a Assmbléia Legislativa do Estado.

Uma publicação de 1990, do movimento, registra com uma tonalidade própria a origem e expansão do movimento:

"Nos primeiros municípios iniciou por volta de 1982 e 1983 mas foi em 1985 e 1986 que o movimento de mulheres soma forças e se alastra a vários municípios do Estado, onde cada vez mais as mulheres passam a se interessarem em levar suas bandeiras de luta com garra e com vontade de discutir os problemas do dia a dia da mulher e a importância de estar junto com seus companheiros nas lutas de classe" (Movimento de Mulheres Agricultoras, mimeo., 1990).

Em abril de 1986, uma delegação de mulheres agricultoras de Santa Catarina e Alto Uruguai Gaúcho estiveram em Brasília e foram recebidas pelos ministros da Reforma Agrária, Agricultura, Previdência Social, Trabalho, Educação e Justiça. Na oportunidade

foi apresentada uma pauta de reivindicações, destacando-se a importância do reconhecimento da Profissão de Trabalhadora Rural. Elas chamaram a atenção das autoridades, para que fosse dispensado também a elas um tratamento digno de quem trabalha e tem uma profissão. Acoplado a isto, estava a exigência de serem reconhecidas como trabalhadoras (agricultoras), inscritas na Previdência Social, e gozar dos mesmos benefícios conquistados pelas trabalhadoras urbanas. Na oportunidade, foi também apresentada aos ministros, um panorama geral da situação social, familiar e profissional das mulheres do campo, que trabalham a terra.

Esta estratégia de luta, de ir a Brasília, foi definida no dia 8 de março de 1986, numa concentração que reuniu 25 mil trabalhadoras rurais em Chapecó (cf. jornal o Estado, 16/04/86).

Em agosto do mesmo ano numa demonstração de força e organização, para pressionar os Ministros a darem uma resposta às reivindicações apresentadas no mês de abril, uma nova concentração aconteceu em Xanxerê com aproximadamente 30 mil mulheres trabalhadoras rurais, segundo o Jornal O Estado. A luta pela aposentadoria e benefícios da previdência teve maior destaque. Durante o dia foram apresentadas encenações sobre a realidade da mulher agricultora, tribuna livre com discursos inflamados, uma passeata pelas ruas da cidade com faixas e cartazes, além da costumeira celebração religiosa.

Em 1988, uma caravana de mulheres do movimento dirigiu-se novamente a Brasília, e lá uniu-se às demais organizações populares do campo (movimentos, sindicatos, associações, cooperativas, etc.) para pressionar os deputados e senadores do Congresso Nacional Constituinte, para que aprovassem um artigo para a nova Constituição, estendendo os benefícios da Previdência Social conquistados pelos trabalhadores urbanos, também para os trabalhadores do campo. A pressão obteve êxito e os benefícios foram conquistados.

Nos dias 05,06 e 07/03/1990, foi realizada em Chapecó a 4ª Assembléia Estadual do Movimento de Mulheres Agricultoras. O tema central da Assembléia foi a definição do caráter do movimento. Participaram do evento, 70 mulheres representantes das

regionais de todo o Estado de Santa Catarina. No primeiro dia aconteceram vários pronunciamentos, feitos pelos representantes da Coordenação Estadual do Movimento, da CUT, da CPT, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Cáritas. No segundo dia, com a ajuda de um assessor de Porto Alegre, fez-se uma análise da conjuntura nacional. Em seguida a assembléia foi dividida em grupos a fim de proceder uma ampla avaliação do movimento, seguindo as orientações dadas pela coordenação do evento, através dos seguintes pontos: organização, formação, democracia interna, divulgação e propaganda, conquistas e dificuldades do movimento.

Numa avaliação ampla, da situação da mulher na família e na sociedade, as coordenadoras do movimento reunidas na 4ª Assembléia Estadual, constataram que os problemas mais graves que envolvem as mulheres giram em torno da discriminação social, da subordinação e submissão.

Para a mulher agricultora, ser discriminada é estar ausente ou ser excluída das discussões sociais, políticas e econômicas da sociedade. Sente-se um ser social inferior, submissa às relações sociais determinadas pelo sistema capitalista/machista, enraizadas na família, com continuidade garantida através de uma educação diferenciada, dada as mulheres enquanto crianças, na família e na escola, que tem como consequência a necessidade de proteção, cria dependências e passa a ter a fragilidade como característica específica.

O movimento entende que a discriminação, subordinação e submissão históricas são determinadas pela diferenciação dos papéis do homem e da mulher na sociedade, isto é, a partir das relações de produção, que implica em uma determinada divisão social e sexual do trabalho, bem como de uma não participação nas decisões sobre o produto do trabalho. O papel da mulher é o de ajudar o homem a construir capital, ficando com o homem a administração deste capital. Neste contexto está contida a perspectiva de complementariedade do trabalho da mulher em relação ao do homem.

Numa conversa com uma coordenadora do movimento, sobre a questão da mulher na sociedade, ela fez a seguinte colocação:

"Na sociedade, a contribuição ao nível das discus-

sões, participação e decisões é medida por ser homem ou mulher. E esta diferenciação acontece desde a família, onde a mulher é preparada para a vida do lar, para um casamento onde a mulher é submissa ao marido, e também fica sob a sua responsabilidade a educação dos filhos, e todas as outras tarefas de casa. A mulher é vista como reprodutora, com a tarefa de continuar o nome da família do marido".

Esta afirmação evidencia o círculo vicioso pelo qual passam as mulheres agricultoras. A educação que é passada aos filhos pelas próprias mulheres é determinante para dar continuidade ou não do círculo. A questão da educação dos filhos dada pelas mulheres na família e também nas escolas de ensino básico onde elas próprias são as professoras, foi muito discutida na 4ª Assembléia. Consideraram que é de fundamental importância começar a mudar este tipo de educação.

A solução encontrada para ir solucionando o problema da educação, foi a de fazer um trabalho prolongado nos grupos de base de todo o movimento. Primeiro as mulheres precisam perceber os problemas da educação dada aos filhos nas famílias. Perceber que elas próprias estão criando "machinhos" e "meninas frágeis". E perceber também que está nas suas mãos a origem de um dos grandes impedimentos para a conquista da libertação a que o movimento se propõe.

Após uma olhada na situação geral da mulher na sociedade, as coordenadoras reunidas na 4ª Assembléia procederam uma análise criteriosa de todo o movimento. A avaliação foi de suma importância, pois foi a partir dos elementos levantados nos grupos e apresentados para a assembléia que foram encaminhados os trabalhos no sentido de definir o caráter do movimento.

1) DEMOCRACIA

A primeira questão discutida nos grupos foi a democracia interna. A participação democrática foi vista como um dos pontos fortes do movimento. Há uma experiência concreta de "democracia de base" (cf. Zermeno, 1985). Todas as questões importan-

tes para o movimento começam a ser discutidas nos grupos de base. A relevância ou pertinência das questões, geralmente saídas dos grupos de base, é considerada pela coordenação estadual e em seguida encaminhadas às regionais que repassam para as coordenações municipais que por sua vez encaminham para todos os grupos de base, onde de fato as questões são discutidas. Dos grupos de base, saem os indicativos que fazem o mesmo caminho de volta, até chegar à coordenação estadual, que reúne os dados e repassa para a base os resultados ou decisões.

A democracia é real também nas assembleias, encontros e reuniões do movimento. Normalmente é escolhida ou indicada pelo grupo uma pessoa para coordenar. O grupo decide todos os encaminhamentos para os trabalhos ou discussões. Desta forma muitas pessoas têm possibilidades do exercício de liderança ou coordenação. Por outro lado, todo este processo democrático ou exercício efetivo da democracia não deixa de ter os seus inconvenientes. Um deles, e que podemos perceber de forma acentuada no Movimento de Mulheres Agricultoras é a morosidade para se encaminhar os trabalhos, especialmente nos grandes grupos ou concentrações. E mesmo no processo de consulta às bases, até chegar a um resultado conclusivo leva muito tempo. Mas mesmo com alguns contratempos, o exercício da democracia interna, para o movimento, é de fundamental importância, especialmente porque mantém todas as integrantes ligadas a tudo o que ocorre no movimento. O contato com o todo é constante.

Convém lembrar, ainda, que muitas mulheres do movimento já participavam de outros movimentos sociais da região ou mesmo de partido político (PT)*. A grande reclamação em relação a estes movimentos e partido é que as mulheres são discriminadas. O espaço das mulheres nestas organizações é muito limitado e as suas idéias têm pouca consideração. Conseqüentemente, muitas mulheres justificam a saída destas organizações para integrarem o Movimento de Mulheres Agricultoras. Neste sentido a participação democrática tem

* O Partido: é frequente o uso do termo no movimento para se referir ao Partido dos Trabalhadores (PT).

uma conotação especial para o movimento e tende a perdurar, por ser uma questão de coerência. O movimento é um espaço democrático construído pelas mulheres e para as mulheres. Segundo elas mesmas, é o único espaço em que a mulher tem voz e vez, bem como poder de decisão.

O fato de não existir no movimento líderes que se superdestacam facilita a democracia. É comum nos movimentos sociais do campo, líderes se destacarem, pelo nível de conhecimentos ou facilidades de entendimento e até mesmo pela maneira de se relacionarem nos movimentos. Estes acabam concentrando responsabilidades e também as decisões. Sem a presença deles ninguém decide nada. Formam-se, assim, grupos de "Vanguarda", que dão a direção ao movimento (8 a 10 anos).

No Movimento de Mulheres Agricultoras não há grupos deste tipo. Há uma rotatividade muito grande na coordenação do movimento nos vários níveis de organização. Isto facilita o exercício da "democracia de base" (cf. Zermeno, 1985), no movimento como um todo. A coordenação é eleita a cada 2 anos.

Segundo as próprias coordenadoras, a democracia no movimento não é um princípio a ser respeitado, mas uma condição fundamental de ação do movimento em todas as dimensões. Para elas, o Movimento de Mulheres Agricultoras, sem a participação ativa das bases, ficaria limitado a decisões que não ultrapassariam as salas de reuniões, ou plenárias com discussões vagas e sem consistência real. Para que o movimento se transforme em um movimento de massa, que constitui o seu caráter, é preciso que as propostas estejam fundamentadas em uma autêntica representatividade. Isto depende muito da construção de uma estrutura organizativa para o movimento, cada vez mais democrática, com mecanismos de participação direta das mulheres agricultoras e que aos poucos vá se formando uma verdadeira cultura democrática.

Elas consideram importante que as bases tenham o efetivo controle sobre as direções e inclusive a possibilidade de substituí-las através de decisões democráticas e representativas, quando estas não estiverem respeitando os princípios do movimento.

Pela 4ª Assembléia Estadual do Movimento, podemos

perceber que a crítica e a autocrítica democráticas e sinceras são valores cultivados na prática deste movimento. A partir delas o movimento vai decidindo os seus rumos.

2) ORGANIZAÇÃO

A organização do movimento, desde o seu início, foi contínua e progressiva nos aspectos quantitativos e também qualitativos. O fator "consciência política"* foi fundamental no início do movimento e também para a ampliação das adesões. O trabalho contínuo de despertar a consciência política daquelas mulheres agricultoras que sempre estiveram ausentes das organizações do campo, também foi decisivo no processo de fortalecimento do grupo que já militava em outras organizações ou movimentos, bem como para a sua organização em todo o Estado.

O Movimento das Mulheres Agricultoras foi sendo marcado por suas diferenças internas, as características específicas de cada região do Estado (Oeste, Meio-Oeste, Planalto Serrano, Planalto Norte e Litoral), as especificidades de cada cultura que formam este Estado (italiana, alemã, açoriana, cabocla, indígena, etc.). E ainda as diferenças na história acumulada ao longo das lutas no movimento e fora dele. Em algumas regiões a organização do movimento está no começo e em outras já têm 8 a 9 anos de história. Na verdade, as condições objetivas e políticas para a organização e desenvolvimento do movimento são bastante diversas. Neste sentido, o movimento encontra dificuldades para manter-se unido em torno de uma única articulação em todo o Estado. Se por um lado a diversidade enriquece o todo, por outro lado, torna-se difícil atender a todos os diferentes interesses, que além de variarem por região, variam também pelas diferentes etapas organizativas em que se encontra o movimento em todo o Estado de Santa Catarina.

Segundo mulheres do movimento, a organização acontece a partir das necessidades correspondentes a realidade de cada região. As necessidades são suscitadas pela divulgação do movimento

* Consciência Política: é entendida como compreensão da realidade e posicionamento crítico. Desalienação e não passividade diante dos problemas. Ver Lechner, 1987: Cultura Política.

e por aquilo que o chamam de "despertar da consciência política e ideológica".

As propostas e ideais vão sendo levados pelas próprias mulheres do movimento, até as comunidades vizinhas e aos poucos, novos grupos são formados e desenvolvidos. É um trabalho de formiguinha que para o movimento vai dando bons resultados.

Mesmo que o movimento tenha crescido muito na organização interna, as lideranças estão conscientes dos problemas internos deste e que precisam ser solucionados ou amenizados: as informações nem sempre chegam até as bases, há necessidade de desenvolver um trabalho mais intenso com as bases; a própria coordenação estadual nem sempre consegue cumprir os compromissos assumidos (falta persistência).

Devido a estes e outros problemas constatados na estrutura organizativa do movimento, este tema foi também amplamente discutido e avaliado na 4ª Assembléia Estadual. Neste mesmo evento foi apresentado uma proposta de reestruturação que foi analisada nos pequenos grupos e votada na plenária da Assembléia. Com a votação da assembléia, a estrutura organizativa do movimento bem como os critérios para compô-la ficou assim definida|

1) ASSEMBLÉIA GERAL ESTADUAL - A assembléia é composta por delegadas escolhidas em assembléias regionais*, sendo que estas são compostas por mulheres escolhidas nas assembléias municipais, onde o movimento está organizado.

2) COORDENAÇÃO ESTADUAL - A coordenação estadual é composta por duas mulheres de cada regional, escolhidas na própria regional. Compõe também a coordenação estadual cinco(5) mulheres escolhidas na assembléia geral estadual, sendo que estas também compõem a executiva do movimento. A coordenação estadual tem como função dirigir o movimento a partir das deliberações da assembléia geral. Para que alguém do movimento possa fazer parte da coordenação estadual, deverá preencher os seguintes critérios: a) ser agricultora; b) ter visão geral do movimento; c) ser reconhecida como liderança na sua região; d) ter habilidade para coordenar reuniões.

3) EXECUTIVA - A executiva é composta dos seguintes membros: a) coordenação geral - a coordenação geral tem como fun-

* O Movimento está organizado em nove regionais: Chapecó, São Miguel D'Oeste, Caçador, Lages, Curitiba, Rio do Sul, Tubarão, Joinville e Florianópolis.

ção coordenar a equipe executiva; b) Secretaria de finanças - cabe a secretaria de finanças coordenar e organizar as finanças e a administração; c) Secretaria de formação - é dever da secretaria de formação coordenar a realização do planejamento na área de formação; d) Secretaria de comunicação - cabe a esta secretaria implementar o funcionamento da estrutura do movimento.

Para fazer parte da executiva devem ser preenchidos os mesmos critérios exigidos para a coordenação estadual.

4) COORDENAÇÕES REGIONAIS - Estas coordenações são compostas por no mínimo duas (2) mulheres de cada município. Tem como tarefa fazer ligação entre as coordenações municipais e a coordenação estadual. Quem faz parte da coordenação estadual coordena também a regional.

5) COORDENAÇÕES MUNICIPAIS - Estas são compostas por duas (2) mulheres de cada comunidade com grupos organizados e conforme o número de grupos poderão ser três (3) representantes. Tem como função encaminhar os trabalhos na base, nos grupos das comunidades e fazer a ligação com a regional (cf. Documento da 4ª Assembléia Estadual do Movimento, 1990).

3) FORMAÇÃO

A formação foi colocada como um dos aspectos fortes no movimento e que contribuiu em muito para os avanços qualitativos.

Por formação o movimento entende, ampliação de conhecimentos gerais e específicos do movimento:

"é estar sempre atualizadas sobre os dados conjunturais do País e do Estado, sobre tudo o que pode estar ligado ao movimento e a realidade vivida pelas mulheres agricultoras" (coordenação).

A formação é na verdade um processo contínuo que vai sendo desenvolvido através de reuniões de lideranças e nos grupos das comunidades, nos cursos com temas escolhidos pela assembléia estadual ou indicados pela coordenação estadual e regional, de acordo com os níveis; dirigentes, intermediários, base e massa.

Na 4ª Assembléia alguns temas foram levantados para serem estudados. As indicações da assembléia pela ordem foi a seguinte:

- Sexualidade e afetividade
- Planejamento familiar - métodos anticonceptivos; estudo do corpo humano; educação dos filhos.
- Feminismo
- Violência contra a mulher
- Medicina alternativa
- Discriminação da mulher
- Cooperação agrícola
- A mulher, a produção e a reprodução.

No movimento, tornou-se fator de consenso a necessidade de formação de quadros. Os quadros são mulheres do movimento, que segundo elas, precisam estar melhor preparadas e informadas sobre tudo o que acontece no País, e que tenham condições de fazer análises e discernir para o movimento, percebendo indicadores específicos para o futuro movimento. Esta nova perspectiva poderá afetar e comprometer a participação democrática de base. Os quadros têm uma tendência a centralização das decisões, constituindo-se em vanguarda (Lenin) para o movimento. Mas isto ainda é um devir e dependerá muito de como será conduzido este processo de formação. Existem no movimento pessoas tão empregnadas do espírito democrático, que mesmo com um estágio de formação superior poderiam continuar defendendo a prática democrática do movimento.

Os quadros têm oportunidades de freqüentarem cursos de aperfeiçoamento ou aprofundamento de temas específicos, ministrados por pessoas com formação superior e que trabalham especificamente para os movimentos sociais. Estes formadores de quadros são mais conhecidos entre os movimentos sociais como "assessores". Não trabalham exclusivamente para um movimento social mas para todos que desejarem, dentro das disponibilidades de tempo.

Na área de formação também nem tudo anda tão bem. Os problemas mais graves apontados são a falta de material para

ser trabalhado nos grupos das comunidades; algumas lideranças que participam de cursos de formação ou reuniões, não conseguem repassar para as bases o conteúdo recebido.

Atualmente o movimento não possui quadros formados. É proposta da 4ª Assembléia investir na formação de quadros, dentro de uma perspectiva de necessidade de avanços qualitativos para o movimento.

4) DIVULGAÇÃO

A divulgação do movimento foi analisada na 4ª Assembléia em duas dimensões: uma interna, feita pelo próprio movimento através de panfletos, cartazes, cartas, camisetas, boletins, e outros materiais. Este trabalho de divulgação é contínuo e tem ajudado muito na ampliação das bases do movimento. A propósito, as coordenadoras reunidas na 4ª Assembléia ressaltaram a necessidade de investir mais tempo e dinheiro neste setor, bem como melhorar a qualidade do material de divulgação. Perceberam também a necessidade de registrar a história do movimento. Ficou definido que cada município escrevesse a história do movimento a partir de algumas questões: Como iniciou o Movimento de Mulheres Agricultoras no seu município? Em que ano? Quem incentivou? O que incentivou? Com que objetivos? Quem são as mulheres que participam do movimento?

A partir da coleta destas informações o movimento pretende escrever a sua própria história e usar como material de divulgação, com o propósito de ampliar mais as bases do movimento.

Por outro lado, o movimento avalia que os meios de comunicação de massa, TVs, jornais, revistas, rádios, etc., não dão espaço para divulgação dos eventos promovidos pelo movimento, suas conquistas, lutas e manifestações.

Uma proposta tirada foi a de aproveitar espaços nos jornais dos outros movimentos sociais bem como boletins informativos da CUT, para divulgar mensagens, propostas e informações, fazendo com que os ideais do movimento sejam levados ao conhecimento dos outros movimentos.

A proposta de aproveitar os espaços nos veículos de comunicação dos outros movimentos, contém no fundo as dificuldades financeiras, uma constância na história deste movimento. O dinheiro utilizado para a produção de material de divulgação e para estudos bem como para algumas viagens consideradas pelo movimento como importantes, advém de promoções feitas nas bases do movimento como: rifas, chás, jantares, almoços, ou através de doações espontâneas e roças coletivas produzidas nas comunidades, inclusive com a ajuda de alguns homens simpáticos ao movimento. Algumas Paróquias da Igreja Católica, que têm fundos destinados à formação de lideranças, investem também em mulheres que são líderes na Igreja e também no movimento, custeando viagens e todas as despesas em cursos de formação. Nos encontros municipais e às vezes também nos estaduais, as mulheres levam alimentos de casa, para não onerar o movimento. Segundo a própria tesoureira do movimento, "o caixa está sempre sem dinheiro, e normalmente com dívidas a serem pagas".

O material de divulgação do movimento é produzido pela coordenação do movimento, pelas pessoas lideradas (que trabalham na secretaria do movimento e são remuneradas) e também por assessores e voluntários.

Uma outra dificuldade levantada na 4ª Assembléia em relação a divulgação, diz respeito ao Interlocutor mais próximo das mulheres que participam do movimento, seus maridos. Foi considerado de fundamental importância, que as mulheres mantenham permanentemente informados os seus maridos, sobre aquilo que está sendo discutido no movimento, para que os homens gradativamente passem a ser mais simpáticos ao movimento e a incorporar novos valores morais, políticos e de relacionamento entre sexos. Esta preocupação esteve mais direcionada às regionais em que o movimento se encontra em fase inicial.

A visão de uma sociedade diferente e de novas relações entre sexos opostos dentro da unidade de produção familiar, bem como, na sociedade mais ampla, no entendimento do movimento tem que ser expandida, divulgada e discutida entre os mais diversos segmentos sociais, para torná-la um projeto da massa popular.

5) CONQUISTAS

A grande conquista do movimento foram os benefícios da Previdência Social, pelos quais as mulheres agricultoras lutaram desde o início do movimento e inclusive foram várias vezes a Brasília fazer pressão aos deputados constituintes e autoridades governamentais para que fossem aprovados estes direitos. Consoante a estes direitos conseguiram o reconhecimento da profissão de agricultoras, isto é, uma identidade profissional. Com isso, todas as que tiverem interesse, hoje podem ser sindicalizadas, ter bloco de produtor e conta bancária em conjunto com o marido ou individual. Hoje as mulheres agricultoras podem ter um nome, uma identidade própria e deixarem de ser apenas "a mulher do produtor".

Com isso, algumas alterações começam a acontecer na divisão sexual do trabalho das unidades familiares em que as mulheres participam do movimento. Há uma participação da mulher na administração da economia familiar e nas decisões de investimentos ou mudanças na unidade de produção. Ela começou a ir ao comércio, ao banco, ao sindicato, à cooperativa, à prefeitura, etc. Pode transitar na esfera pública a ser respeitada como tal.

É evidente que nem todas as mulheres do movimento conseguiram atingir tal nível de reconhecimento da igualdade de condições na família e/ou sociedade. No contexto das unidades familiares do Estado de Santa Catarina, isso pode significar apenas 1 a 2 por cento. Dentro do movimento, esta porcentagem aumentaria para 30 a 40 por cento. No entanto, não deixa de ser um começo e uma conquista importante que tende a avançar mais dentro do movimento. Segundo as próprias mulheres, o avanço nestas conquistas depende muito de um trabalho individualizado desenvolvido pelas mulheres nas unidades de produção familiar, com o marido e com os filhos. Se faz necessária uma mudança de mentalidade sobre o assunto. Neste sentido o movimento pretende centrar força na mudança de educação dos filhos, para atingir os objetivos mais a longo prazo.

6) DIFICULDADES

Assim como os outros movimentos sociais do campo, o Movimento de Mulheres Agricultoras também enfrenta muitas dificuldades. Muitas delas já foram sendo colocadas no decorrer deste trabalho. Merece destaque ainda o "Machismo", por ser uma das barreiras mais difíceis de ser vencida pelo movimento. O machismo não é algo isolado ou característica apenas dos homens. Ele é parte da cultura da população. É uma maneira de ser e de agir muito forte no campo, que vai sendo passado de pai para filho e também de mãe para filho. Ele está evidente na própria educação que é passada aos filhos, de forma tão comum e normal, porque está enraizado naquele tipo de vida e da própria maneira de se relacionarem entre membros da unidade familiar.

Um agravante deste problema é que dificulta ainda mais vencê-lo, está no fato de que as mulheres também estão imbuídas desta cultura machista e são hoje as transmissoras diretas e cultivadoras desta ideologia. Elas mesmas reconhecem que estão desempenhando este papel, porque normalmente cabe à mulher a tarefa de educar os filhos.

Na 4ª Assembléia do Movimento, as coordenadoras chegaram a conclusão de que o machismo só será suplantado quando as próprias mulheres deixarem de ser machistas e conseguirem dar uma nova educação aos seus filhos. Reconheceram também que as mulheres não estão preparadas para efetivar tal mudança na família. O movimento precisa desenvolver um trabalho de preparação específica, que atinja toda a base do movimento;

"Precisamos fazer um estudo aprofundado do que significa e o que exatamente é o machismo na nossa vida cotidiana do interior. Este é um desafio que nós da coordenação temos que enfrentar, junto com a equipe de formação para atingir todas as bases do movimento. Disso depende muitas de nossas bandeiras de luta. Temos que cortar este mal pela raiz, mesmo que leve algum tempo"(coordenação).

Consortidos ao problema do machismo estão todos os outros problemas enfrentados pelo movimento, identificados co-

mo de gênero; discriminação, subordinação, submissão, etc..

b) Um Coletivo Sexuado

No Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e mesmo em todo o Sul do País, verifica-se que a constituição deste coletivo sexuado dá-se em cima do questionamento do lugar na divisão sexual e social do trabalho e na condição de subordinação e submissão doméstica e também social.

Há aproximadamente 20 anos, as mulheres agricultoras, já tinham alguma participação na luta dos pequenos e médios produtores rurais, embora nunca tenha sido reconhecida esta contribuição. A modernização do campo nos últimos 20 anos trouxe muitos problemas para a agricultura praticada de forma artesanal. Os pequenos e médios produtores foram sendo verticalmente impingidos à integração do capitalismo no campo. Com a presença das agroindústrias, foram perdendo o controle do processo de trabalho e produção nas suas unidades familiares, submetendo-se às normas do mercado. A mulher não está alheia a este processo de transformação da agricultura. E sente a necessidade de lutar com o marido pelos seus direitos. Nestas lutas, as mulheres passam a se perceberem como portadoras de uma identidade própria; mulher trabalhadora rural, tão importante quanto o marido para o bom andamento da produção. Com o tempo vão surgindo as reivindicações específicas e a necessidade de uma organização autônoma, que contemple as especificidades.

A abnegação ao título de "Rainha do Lar", que normalmente lhe é conferido pela sociedade machista, indica que a separação entre trabalho doméstico e trabalho profissional provoca uma desqualificação e desvalorização do seu lugar no interior da unidade de produção face ao chefe do estabelecimento/chefe de família. O trabalho doméstico ou do lar é apenas uma parte do trabalho desenvolvido pela mulher na unidade familiar. Geralmente as atividades domésticas ou de casa são praticadas durante o "descanso" entre um período e outro de trabalho na lavoura. A grande maioria dos homens considera que o trabalho desenvolvido pela

mulher na lavoura (roça) é muito inferior ao seu, isto é, um dia de trabalho de um homem é considerado como sendo pelo menos duas vezes mais produtivo, rentável que um dia de trabalho de uma mulher. Daí também a idéia do trabalho complementar da mulher.

A percepção da não valorização do trabalho da mulher na agricultura causa indignação, não só em relação aos seus maridos mas em relação a sociedade toda onde também a situação é a mesma.

Esse novo sujeito sexuado que surge no campo a partir dos problemas vividos pela pequena produção familiar, participa integralmente do processo de modernização do campo e das modificações implicadas simultaneamente na redivisão sexual e social do trabalho, decorrentes das necessidades novas criadas pelo capitalismo (cf. Heller, 1986).

As transformações ocorridas nas unidades de produção familiar, bem como na "sociedade camponesa", traduziu-se não somente por uma readaptação dos papéis sexuais preexistentes, mas levou a formulação de novas relações sociais de gênero, tanto a nível político, no que diz respeito ao direito a uma sindicalização individualizada e não mais por família e o direito da mulher ter o nome incluído em conjunto com o marido na associação de cooperativas, com direito a voto em ambos os casos. Bem como, no universo do trabalho obter a identidade social de agricultura, calcada no exercício de uma profissão (cf. Lavinias, 1988).

Trata-se de uma mudança social extremamente importante e, singular para a unidade familiar. Pois, não delegar representação política, não delegar a decisão na gestão econômica do estabelecimento, não acomodar-se nas tarefas domésticas, implica evidentemente numa transformação das relações de poder de dominação entre os sexos. Isto não significa ainda que as relações de pressão tenham sido totalmente superadas, elas foram alteradas e diminuídas, pois foi ampliado o espaço de autonomia das mulheres, atestado pela sua presença destacada no Movimento de Mulheres Agricultoras e nos outros movimentos sociais ligados a questão agrária (Barragens, Sem Terra, Sindicalismo...).

O movimento, ou mais especificamente as lideranças, têm uma utopia política de totalidade, que é a superação do Capitalismo por uma proposta de Socialismo, prevendo a mudança total das relações de dominação patriarcal/machista. Para tanto, o movimento se coloca como indispensável um trabalho amplo e de massa que provoque uma mudança na consciência coletiva em relação ao lugar e espaço da mulher na sociedade. Para elas, este sistema novo, de relações sociais transformadas, não poderá ser chamado de socialista se continuar marginalizando a metade da coletividade. Por outro lado, elas têm se mostrado cientes de que, a situação de dominação sendo tão grave, tem que lutar por melhorias dentro do próprio sistema capitalista.

Em termos de organizações de mulheres que sofrem o mesmo tipo de dominação, encontram-se divergências profundas na maneira de se colocar a problemática diante da sociedade. Não é difícil encontrarmos as duas extremidades. Um exemplo é a afirmação de uma feminista:

"Organizamo-nos entre mulheres, não importa as diferenças de classe que existem entre nós. Temos em comum a opressão sexual, embora ela se manifeste de forma específica nas diferentes classes sociais" (in Miguel, 1988).

Nesta colocação fica evidente a absolutização de um aspecto da opressão e subordinação. Uma organização deste tipo, certamente traria sérios problemas internos, pois mais cedo ou mais tarde as diferenças de classe iriam aflorar. E mesmo a opressão sexual é diferente nas diferentes classes sociais. Seria impensável querer chegar a um projeto político de totalidade único que atenda os interesses de classes situadas nos extremos: mulheres de patrões X mulheres de operários ou mulheres operárias; mulheres de latifundiários X mulheres sem terra.

No extremo oposto está a posição de muitos outros grupos e organizações populares que encaminham suas lutas contra a exploração capitalista, de classe:

"Fazemos parte de uma sociedade de classes e, portanto, o problema é a luta de classes. Não podemos di-

vidir a classe para nos atermos a problemas como esse, da libertação da mulher" (op.cit.).

Seria como que se além da fome, da falta de trabalho, das más condições de trabalho, da dupla jornada, da falta de serviços, da alienação pelo bombardeio ideológico dos meios de comunicação, as mulheres tivessem que aceitar, sem questionamento a opressão sexual a que são submetidas pelos homens, que usam e abusam das mulheres, sejam elas suas esposas, suas companheiras, amantes ou prostitutas.

Sem dúvida, as organizações classistas por melhores condições de vida, por libertação ou por transformação social, são fundamentais. É preciso se perceber também, que além da divisão de classes existe na sociedade a divisão entre homens e mulheres e que esta divisão também é do interesse dos dominantes. E nenhuma organização social/popular que visa a transformação social e conseqüentemente das relações sociais, conseguiu incorporar a luta pela libertação da mulher. Muito pelo contrário, a discriminação continua e se repete dentro destas organizações que se reconhecem como portadoras de uma consciência política mais apurada.

"Aceitar e manter uma opressão muito mais velha que o sistema o capitalismo; aceitar que o operário lute contra a exploração no trabalho mas, ao mesmo tempo, oprima sua mulher e filhos; aceitar os valores ideológicos desta sociedade que transformou a mulher em objeto de cama e mesa, propaganda para o consumo, não coincide muito com as perspectivas nem com o rótulo com que muitas organizações populares progressivas se denominam revolucionárias" (Viezzzer, 1987, p.2).

A própria experiência dos países socialistas mostram que as mulheres precisam continuar a luta contra a subordinação, e que, pode servir como ponto de referência importante para se estabelecer o necessário nexos entre classe e gênero, no processo de libertação da mulher.

Encontramos ainda outra realidade que merece ser destacada. Como a mulher está se tornando, cada vez mais "assunto

do dia" , muitos passam a sentir e necessidade de se declarar como, apoiando suas lutas e organizações, para não ser considerado fora de moda. São significativas certas expressões colhidas entre dirigentes sindicais, políticos, organizações camponesas, nas comunidades eclesiais e outras organizações populares. Um exemplo:

"Nossa organização apoia a luta de todas as minorias; do negro, do índio e da mulher" (Líder Sindical).

Expressões como estas, vazias de sentido e conteúdo, são comuns nas organizações populares. Demonstram falta de conhecimento do assunto, pois estas minorias são mais da metade da população. São "Slogans" que estão na moda. E é significativo também o número de homens que em suas declarações ou discursos defendem a emancipação da mulher, mas que na vida particular, familiar e mesmo social, matêm os mesmos padrões de dominação sustentados^x pelo sistema. Da mesma forma, são ainda numerosas as mulheres empenhadas na libertação das mulheres que mantêm, aceitam e até promovem sua subordinação na vida cotidiana (cf. Viezzer, 1987, p.3).

Nos últimos 20 anos houve um avanço considerável da participação de mulheres nas lutas sociais, tanto na cidade como no campo. Elas passaram a estar mais presentes nas instâncias representativas da classe trabalhadora. No entanto, na maioria dos grupos, há ainda muita dificuldade em ocupar o espaço próprio, em igualdade de condições, no âmbito das lutas mais gerais. Na maior parte das organizações mistas de trabalhadores, onde participam homens e mulheres, nos sindicatos, associações e movimentos sociais, as direções são compostas por homens. Para manter as aparências, as mulheres ocupam as secretarias e as suplências.

Esta discussão dualista, entre classe e gênero, deve continuar por muito tempo no interior das organizações de mulheres. Sem querer buscar o caminho da conciliação, as discussões sobre o assunto parecem indicar que a contradição de classes não pode ser omitida ou esquecida na luta pela libertação da mulher, assim como não pode ser abandonada a questão da opressão e subordinação da mulher em benefício da luta de classe.

Segundo Viezzer; (1987,5) a problemática de classe e gênero deve ser colocada nas organizações e movimentos de mulhe-

res, em sua verdadeira dimensão. As duas perspectivas de luta não são incompatíveis ou inconciliáveis. Faz-se necessário chegar a uma maturidade organizacional tal que, as questões de gênero possam ser incorporadas e trabalhadas a nível político nas lutas de classe.

Na 4ª Assembléia Estadual do Movimento de Mulheres de Santa Catarina, o eixo central de discussão proposto, consistia em definir o caráter do movimento. Foi colocada uma questão pela coordenação para ser discutida em pequenos grupos, que possibilitou definir alguns aspectos importantes em relação ao caráter do movimento: "para que o movimento de mulheres"? Nas respostas a esta pergunta não podia deixar de estar presente a dualidade - gênero e classe. Além disso, muita coisa foi levantada nos grupos e em seguida colocado na plenária da assembléia. Algumas idéias merecem destaque:

- O Movimento é o único espaço que as mulheres podem colocar todas as suas idéias sem medo de serem ridicularizadas. Esta oportunidade serve para clarear idéias já que é um espaço onde elas podem ser discutidas. É nas discussões que as mulheres vão descobrindo a capacidade que possuem, de pensar, de falar e de liderança.

- O movimento é importante para conscientizar a mulher de que é necessário ocupar todas as oportunidades que a sociedade oferece.

- Foi através do movimento que as mulheres descobriram os seus direitos e deveres. Descobriram a realidade em que vivem e passaram a discutir sobre ela, numa tentativa de busca de mudanças.

- Para buscar a igualdade na sociedade e no lar.

- Para engajar-se na realidade, que é desfavorável para a mulher, e lutar para ser uma nova mulher.

- Para lutar por uma educação voltada para a realidade em que se vive, tanto a educação escolar como a educação familiar.

- Para conquistar a libertação como mulher e como classe trabalhadora, numa luta conjunta com os outros movimentos sociais e organizações populares.

- O movimento é muito importante para que a mulher possa conscientizar-se enquanto mulher e trabalhadora rural e parta para a luta de libertação e construção de uma nova sociedade.

- No movimento a mulher perde a timidez e ganha coragem. Só no movimento a mulher tem voz e vez e, credibilidade perante a sociedade.

- O movimento possibilita a conquista de participação social, política, econômica e religiosa. É preciso se libertar também da discriminação religiosa.

- O movimento foi um jeito de tirar a mulher de dentro de casa (dados coletados durante a Assembléia).

Por trás da questão "para que o movimento das mulheres", está todo um questionamento levantado pelos outros movimentos sociais de Santa Catarina em relação a pertinência da existência deste movimento. Muitos não concordam com o movimento. Alegam que serve apenas para dividir a classe trabalhadora dentro dos outros movimentos de classe. Mas isso nunca foi preocupação de nenhum movimento social. Em contato com várias lideranças de movimentos sociais de Santa Catarina, percebemos uma certa rivalidade na disputa de espaço e poder na sociedade. É uma questão que merece mais estudos.

Pelas respostas colocadas na Assembléia, ficou evidente a importância e a pertinência do movimento para as mulheres agricultoras. Um espaço único e ímpar, onde a mulher sente-se a vontade e pode crescer, construir uma consciência política, ampliando a visão de totalidade e perceber-se como oprimida e submissa dentro do mundo doméstico familiar.

O Movimento de Mulheres Agricultoras se propõe a curto prazo ampliar a base de participação, atraindo para o movimento todas as mulheres agricultoras, expandindo os seus ideais por todo o País. Continua como prioridade a luta por seus direitos e para serem reconhecidas pela sociedade toda, como mulheres e agricultoras, portadoras de identidade própria.

Querem ocupar todos os espaços possíveis, nas direções sindicais, nas cooperativas, associações e em todas as organizações populares, bem como ampliar os espaços nos partidos políticos de esquerda, interferir como cidadãs nas decisões políticas, sociais e econômicas do País.

A longo prazo, o movimento se propõe a transformação total da sociedade, banindo todas as formas de violência, exploração, submissão, subordinação, machismo, dominação; e criar uma sociedade onde todos tenham direito de ser reconhecidos e respeitados como pessoas humanas, e nas unidades familiares de produção e igualdade entre marido e mulher aconteça de fato.*

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, que surge numa perspectiva de classe, de somar forças com as outras organizações do campo, na luta por melhorias para a agricultura e garantir a continuidade e reprodução daquele modo de vida e trabalho, passa a se voltar mais para as questões específicas ou de gênero. É o que ficou evidenciado na 4ª Assembléia do movimento. Embora as questões de classe não estivessem totalmente ausentes, até porque há um grupo considerável de lideranças no movimento que defende esta perspectiva classista. Mas a 4ª Assembléia fortaleceu as questões de gênero que passaram a ter espaço maior para discussões e estudos desde as bases do movimento, tais como, sexualidade, afetividade, planejamento familiar, métodos anticonceptivos, mulher - produção e reprodução, etc.

* Esta sociedade nova que o movimento se propõe a construir é denominada de "socialista", embora ainda não esteja bem explicitada a totalidade desta denominação. É um projeto em construção.

CAPÍTULO V

MOVIMENTO DE MULHERES AGRICULTORAS E SUAS RELAÇÕES

a) Movimento de Mulheres Agricultoras X Igreja

Em Santa Catarina, e mais destacadamente no Oeste do Estado, é inegável a importância histórica da Igreja Progressista no surgimento e acompanhamento dos movimentos sociais do campo.

É tradição entre a população camponesa da região, frequentar a Igreja todos os finais de semana. Reúnem-se nas Capelas das comunidades, para exercícios de espiritualidade e alimentação da fé.

Os clérigos e agentes de pastorais são pessoas que inspiram maior confiança por parte das comunidades camponesas. Acreditam e confiam no que dizem e fazem e também por se apresentarem como que despidas de ambições pessoais. O que não acontece com os políticos, vendedores, agentes do governo, censuristas, etc.

A partir do início da década de 70, a Igreja inicia um trabalho novo nas comunidades. É que, a partir de 1965, com o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica inicia um processo de abertura, de possibilidades de transformações internas e na maneira de ser da Igreja. Na América Latina, surge a Teologia da libertação, que é em poucas palavras, uma revisão de tudo o que diz respeito as Igrejas Cristãs. Tudo passa a ser visto a partir da realidade vivida pelas populações latino-americanas. Isto tudo provoca profundas transformações na maneira de as comunidades celebrarem a sua fé. Acontece uma politização da fé; a realidade do cotidiano vivido pelas comunidades passa a ser refletido e celebrado no espaço da Igreja. O cotidiano e as celebrações não são mais coisas separadas, distintas e distantes mas partes da mesma vida, da mesma realidade camponesa.

Surgem as Comunidade Eclesiais de Base (CEBs), como espaço de politização ou meio encontrado pela Igreja para formar consciência política. As CEBs são as comunidades todas orientadas numa mesma direção e que entendem a fé a partir do cotidia-

no. Este cotidiano é discutido nos chamados grupos de Reflexão, que são as células menores e mais importantes das CEBs, no processo de politização de seus integrantes. Os Grupos de Reflexão são formados por cerca de 5 famílias, que se reúnem geralmente de 15 em 15 dias para reflexão, estudos, debates e orações. Os roteiros são produzidos nas dióceses ou paróquias, pelos clérigos ou agentes pastorais, em linguagem simples, popular e acessível para um público que é geralmente de pouca instrução escolar, quando não analfabetos. Nos grupos, quem lê melhor se torna dirigente. O material direciona as discussões para a vida cotidiana ou problemas que envolvem a realidade do campo ou ainda questões pertinentes às camadas subordinadas da sociedade.

Esta ligação entre religião e problemas sociais imediatos vai aos poucos formando uma base de consciência política no campo, e despertando os camponeses para os seus direitos. Este trabalho os transforma em sujeitos/atores sociais, e passam a não aceitar a situação de dominação e exploração de forma passiva, como sempre foi. Os camponeses tornam-se sujeitos/atores sociais na medida em que conseguem entender como funcionam os mecanismos usados pelo Sistema Capitalista, no processo de expropriação do campo. Começam a questionar os seus órgãos representativos e institucionais mais imediatos como sindicatos, cooperativas, associações, poder público local e por conseguinte o poder estadual e federal.

Algumas direções sindicais inoperantes são derrotadas em eleições a partir do início da década de 80. Mas muitas se mantêm. Nas cooperativas e no poder público os avanços são mais lentos e difíceis. Diante destas dificuldades, com o incentivo e apoio da Igreja, partem para outras alternativas de mobilização, organização e conseqüentes manifestações públicas de suas insatisfações. Surgem, assim, a partir do trabalho desenvolvido pelas CEBs, especialmente no Oeste de Santa Catarina, várias manifestações de massa e posteriormente Movimentos Sociais que rapidamente se expandem pelo estado todo: Movimento dos Sem Terra, Movimento das Barragens, Movimento Sindical Combativo e por último o Movimento de Mulheres Agricultoras.

O Movimento das Mulheres Agricultoras também surge a partir do trabalho desenvolvido pela Igreja nas CEBs. As líderes que mais se destacam no movimento são as mesmas que se destacaram nas CEBs, no trabalho na Igreja das comunidades. Aliás, as mulheres sempre tiveram presença destacada nos serviços à Igreja. Sendo um dos poucos locais permitidos a mulher frequentar, ela desenvolveu várias atividades como: catequista, limpeza da Igreja, equipes de liturgia. Além disso sempre teve presença destacada nas celebrações dominicais.

São os clérigos e agentes pastorais que inicialmente dão as diretrizes para o movimento. Ele se constrói e ganha corpo junto a estrutura da Igreja.

Na medida em que o movimento de mulheres forma uma estrutura própria e avança nas discussões, as relações com a Igreja passam a se complicar. Acontece que a proposta da Igreja para o movimento é de levar as mulheres a perceberem as relações de submissão e subordinação nas unidades familiares. Propõe igualdade fraternal entre marido e mulher. Desobedecer ou não fazer aquilo que o marido mandar não é mais pecado. Na família, direitos iguais e relacionamento de iguais. E na sociedade também a mulher deveria ser vista e tratada como pessoa humana. Para tanto a Igreja propôs e incentivou a organização das mulheres agricultoras no sentido de buscarem os direitos de cidadania.

Convém lembrar que a família é o sustentáculo maior da Igreja. Logo, este novo relacionamento familiar, de igualdade e fraternidade, não poderia causar conflitos e desestabilizar a vida familiar e o próprio matrimônio indissolúvel.

O movimento avança e novas questões começam a surgir e a serem colocadas nas pautas de discussões: divórcio, aborto, métodos contraceptivos, afetividade, etc. Temas que para as mulheres passam a ser importantes, mas que para a Igreja são inadmissíveis, pois contrariam os princípios e valores da doutrina Cristã Católica Romana. Isto mostra ao próprio movimento que é chegada a hora de andar com as próprias pernas e tomar o pulso da direção do movimento. Isto sem implicar em afastamentos individuais das atividades religiosas costumeiras. O movimento é uma

coisa e as atividades religiosas outra, distintas mas não incompatíveis na prática, segundo as participantes do movimento.

A Igreja dá apoio efetivo enquanto o movimento busca os direitos de cidadania. Quando aparecem as questões específicas ou de gênero, a Igreja não só não tem qualquer contribuição a dar, como não tem interesse que estas questões sejam levadas a diante. Acontece então um certo afastamento estratégico entre Igreja e Movimento. O que é do interesse dos dois lados. Para o Movimento interessa decidir ele próprio os rumos a tomar, os objetivos, as estratégias, as bandeiras de luta, o relacionamento interno e externo. Para a Igreja também interessa este relativo afastamento. Por um lado para não se comprometer com o que viria pela frente que fatalmente contrariaria os princípios morais, e por outro seria muito evidente as contradições entre se lutar por maior espaço para a mulher na sociedade e continuar com a estrutura machista, das bases a cúpula. Isto sem contar com a defesa de seus dogmas intocáveis mas tremendamente desconformes com a realidade social da modernidade.

Neste sentido e em relação as novas questões surgidas no movimento, a Igreja não teria moral para propor nada para o movimento avançar. Aliás, já estaria atravancando os avanços do movimento, pois sendo o sentimento religioso muito forte nas comunidades do interior, os novos temas colocados provocam conflitos internos ao movimento. Os princípios morais seguidos por estas populações são determinados pela Igreja. E nas questões morais, nem a Teologia da Libertação tem conseguido avanços significativos.

Se nos exercícios espirituais dominicais, dos quais participam a maioria das mulheres agricultoras, está contida a perspectiva da harmonia, da unidade familiar, da paz, da aceitação, da tranquilidade, da boa aparência, etc., como a mulher vai conseguir se libertar da opressão e subordinação que vive na unidade familiar. As mulheres agricultoras conseguem esconder a realidade de sofrimento que são submetidas. Os problemas acontecem ao nível do lar, do privado, do particular e normalmente são contidos a este nível.

Por outro lado, há que se reconhecer que em algumas regionais do movimento, especialmente naquelas em que o movimento está apenas começando, ainda é indispensável a contribuição da Igreja e de sua estrutura. As próprias mulheres reconhecem que seria impossível a organização e articulação inicial sem dispor do apoio da estrutura da Igreja.

Parece ficar a impressão de que o movimento apenas usa a Igreja enquanto esta lhe for útil e depois se afasta. Acontece que também não é do interesse da Igreja manter esta ou outras organizações sob o seu domínio ou controle. Há uma intenção e interesse explícitos da Igreja de desempenhar um papel de suscitadora, facilitadora de organizações populares. E para tanto dispõe da facilidade de penetração e contato direto com as comunidades do interior. Na medida em que as organizações vão se estruturando a Igreja vai se afastando, deixando que elas andem de forma autônoma e independente. E este afastamento gradativo é também do interesse das organizações populares. Estes procedimentos são comuns em Santa Catarina e têm acontecido em relação ao Movimento dos Sem Terra, Movimento das Barragens, Movimento Sindical e com muita evidência no Movimento de Mulheres Agricultoras.

b) Movimento X Partido Político

Como os demais movimentos sociais do campo, o Movimento de Mulheres Agricultoras tem origem a partir de condições sociais, econômicas e culturais específicas. É a partir da experiência de vida e da visão de mundo limitada e restrita, que se inicia o processo de politização do movimento. As reivindicações concretas, imediatistas, inicialmente levantadas pelo movimento, especialmente as que dizem respeito a ampliação da cidadania, extrapolam o aqui e agora e se transferem para a esfera política institucional. Diante disso, o movimento reconhece a importância do Partido Político como o mais legítimo porta-voz de suas aspirações na esfera de representação institucional.

O Movimento e o Partido dos Trabalhadores já tiveram estreitas relações desde o início do movimento. Já nas eleições de 1982, quando o movimento ainda estava dando os primeiros

passos, algumas mulheres do movimento eram também militantes do "Partido" e trabalharam na campanha eleitoral. Algumas destas militantes estavam filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) antes de ingressarem no Movimento de mulheres.

A história da deputada estadual Luci Choinaski (PT) revela um pouco destas relações entre Partido-Movimento e/ou Movimento-Partido. Em 1982 ela já estava filiada no PT. Em 1983, fazia parte da Executiva municipal do partido em Descanso, como única mulher. No final de 1983, passou a sentir dificuldades e problemas no partido:

"Eu era tarefera. E não era ouvida" (Luci).

Como mulher, sentia-se explorada no partido, onde as relações eram extremamente machistas. Estava na executiva pela forte liderança que tinha junto as comunidades do interior.

Em 1984, resolveu buscar um espaço onde pudesse ser ouvida, e dar as suas contribuições em igualdade de condições. Organiza então o 1º grupo de Mulheres Agricultoras em Descanso. Com a liderança já consagrada, organiza o movimento em todo o extremo oeste de Santa Catarina. Neste período se inicia um trabalho de articulação maior entre a organização de mulheres agricultoras de todas as regiões do Estado, e, os grupos organizados nas comunidades se multiplicam rapidamente.

Em 1986, com a sua força de liderança já comprovada, pelo trabalho de organização do movimento, passa a integrar a coordenação estadual do mesmo. Neste mesmo ano foi a organizadora e coordenadora da maior concentração realizada pelo movimento, reunindo em Xanxerê em torno de 30 mil mulheres, no dia 12 de agosto. Esta concentração serviu para comprovar diante do movimento e do Partido dos Trabalhadores o seu potencial político e de respaldo diante das massas populares. Em seguida é lançada pelo movimento e pelo partido, como candidata a deputada estadual.

O movimento "banca"* a candidatura e ela ocupa a 1ª e única cadeira do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Convém lembrar que nas eleições de 1986,

* bancar: garantir, assumir de forma integral, sem reservas. É um termo muito usado no movimento.

vários candidatos foram lançados representando outros movimentos e organizações populares e não conseguiram votações superiores a candidatura feminina.

A eleição de uma das coordenadoras do movimento, como representante na esfera política institucional, significou uma vitória muito grande. E não só para o movimento de mulheres agricultoras mas para todos os movimentos e organizações sociais populares, principalmente na elaboração da nova Constituição Estadual. Luci tornara-se assim o único canal por onde entraram as propostas populares na Constituição.

Neste sentido o seu mandato ficou dividido entre as várias organizações que a elegeram. Em primeiro lugar, ela tornou-se a legítima representante do Movimento de Mulheres Agricultoras na Assembléia. E esta legitimidade foi garantida pela constante ligação mantida com o movimento, participando sempre das reuniões mais importantes, das assembleias e manifestações organizadas pelo movimento. Em segundo lugar, ela tornou-se também a legítima representante dos outros movimentos sociais do campo e organizações populares. Em terceiro lugar, ela tornou-se a 1ª e única deputada do Partido dos Trabalhadores, representante de todos os petistas do Estado.

No exercício de seu mandato, estes aspectos estiveram intimamente ligados, muito difícil de serem identificados de forma separada. Tudo integrou o seu mandato do início ao final.

Ao se tornar uma liderança para o movimento e para o partido, a imagem de retorno para o movimento também passou a estar misturada das duas instâncias. Durante o mandato, nas participações que teve nos eventos promovidos pelo movimento, ela não esteve desvinculada da imagem de deputada. Neste sentido o movimento também começou a se identificar com o partido. E não só porque a liderança maior do movimento era deputada do PT, mas também porque muitas militantes e coordenadoras do movimento, desde o início militavam também no partido. Mesmo assim, o movimento como tal, nunca assumiu o Partido dos Trabalhadores de forma explícita e pública como sendo único representante e caminho para o movimento. Sempre houve no movimento um bom número de mulheres que

sempre estiveram afinadas com "partidos tradicionais"*. Por isso o movimento, embora com a "estrela na testa", manteve uma postura supra-partidária, respeitando as individualidades.

Na região Oeste do Estado, o contingente de mulheres petistas assumidas chega a 90 por cento das integrantes. Já no Planalto pode não chegar a 50 por cento (informações de uma coordenadora estadual do movimento). Estes números revelam que, na medida em que o movimento vai avançando nas suas discussões político-partidárias, o número de mulheres que se decidem por um mesmo partido político, de forma explícita e pública vai aumentando.

Mesmo que haja uma orientação geral do movimento para se trabalhar as relações com a política partidária, existe uma certa independência para as regionais escolherem a melhor forma. Em alguns municípios, a organização do movimento se identifica em cem por cento com o Partido dos Trabalhadores enquanto representação política. Elas formam o movimento de forma independente e nos momentos oportunos estão militando integralmente no Partido.

Evidentemente, isto trouxe para o movimento alguns transtornos, discussões, conflitos e conseqüentemente a saída do movimento de algumas mulheres, simpatizantes de outras agremiações político-partidárias. Outras saíram por se sentirem marginalizadas principalmente quando o movimento lança as suas lideranças para ocuparem espaços na esfera política. Todas as candidaturas lançadas foram pelo mesmo Partido (PT).

A presença de mulheres com um bom índice de consciência política no Partido dos Trabalhadores provocou modificações nas relações entre homens e mulheres no Partido. As mulheres conseguiram o seu espaço pela competência e capacidade de trabalho e liderança Político-Partidária. Hoje a democracia interna do Partido já não faz distinção como antes, na participação das mulheres. A estrutura partidária é menos machista que a 10 anos atrás. Mesmo assim tem muitos passos a dar no sentido de possibilitar que todos tenham as mesmas oportunidades, entre homens e mulheres. É de inquestionável legitimidade que as mulheres levem para dentro

* Partido Tradicionais: entende-se apenas os partidos conservadores (PDS, PFL, PMDB).

dos partidos políticos as questões e problemas específicos que enfrentam na vida particular e social, a fim de torná-los menos machistas, e passem a reconhecer a importância política da mulher nas mudanças sociais.

Para as mulheres mais esclarecidas do movimento, a militância concomitante no partido e movimento é perfeitamente conciliável ou até necessária. A militância no Partido é consequência do trabalho coletivo desenvolvido no movimento:

"Eu acho que em primeiro lugar deve estar a organização, o movimento, depois o partido. O partido deve ser controlado pela organização de classe. A organização de classe deve estar acima de qualquer partido. O partido seria o resultado da organização de classe, onde se canaliza as reivindicações. Não há problema entre partido e movimento. O partido é o canal institucional, uma outra esfera onde se trabalha as mesmas questões" (militante do movimento e do PT).

O movimento de fato acompanha de perto o trabalho desenvolvido pela deputada e pelas três vereadoras, todas do Oeste. Há contatos permanentes, possibilitando a efetiva representação na esfera política institucional. O intercâmbio através dos contatos com as eleitas é de vital importância para os dois lados. As eleitas passam a ter uma experiência totalmente nova, num outro meio e também com relações novas. Isso possibilita avanços significativos que precisam ser explorados pelo movimento.

"O movimento tem por obrigação acompanhar o trabalho das vereadoras e da deputada do PT. O fato de as vezes não se dizer abertamente que o movimento apóia um partido, o PT, é uma estratégia" (militante do movimento).

Uma outra militante coloca a questão da seguinte forma:

"O Partido é forte pela força dos movimentos. A gente entra no movimento e de repente se vê dentro do partido. É automático, normal. Ninguém me convidou. Muitos não concordam com essa junção do partido e do mo-

vimento. Tem muitas mulheres que têm aquela tradição que passa de pai para filho, votam sempre no mesmo partido. É que elas não entendem o que é política. Nós vamos apoiar o partido até que ele estiver do nosso lado"(Coordenação do movimento).

Parece estar claro, pelo menos para as mais envolvidas com o movimento, que as mudanças ou transformações têm que passar pelo partido político. E que os movimentos têm o seu papel enquanto formador de consciência política e de organizador das massas. As questões e os problemas são levantados e discutidos no movimento e os militantes deste mesmo movimento levam as questões para o partido político, para que este os represente na esfera institucional pública, local das decisões. O partido é imprescindível como porta-voz legal e legítimo dos movimentos.

"Todo o movimento se quer uma mudança tem que ter um partido, pois a mudança tem que ser política. Precisamos do partido para avançar mais" (militante do movimento).

"A questão passa pelo partido. A líder deve fazer uma opção nova, abandonar os partidos tradicionais. Tem mulher que participa do movimento e continua em partido tradicional, mas passa a não se sentir bem, no meio da gente que apóia o PT" (Coordenação do movimento).

Fica evidente a importância atribuída ao Partido (PT) pelas militantes e coordenadoras do movimento. Mesmo que isto seja excludente. Pois, muitas mulheres preferem abandonar o movimento, quando este passa a praticamente exigir uma adesão a partidos progressistas. Elas não se sentem a vontade no movimento, quando acontecem as discussões políticas onde geralmente são tecidas severas críticas aos partidos conservadores, tanto que acabam saindo. É uma questão de coerência política ideológica.

"Mulheres de outros partidos participam mas não falam em política. Eu concordo que o movimento apóie o Partido. Não adianta a gente se organizar e lutar pela libertação se não passar as questões para o Partido" (militante do movimento).

Essa importância acentuada atribuída ao Partido parece não ter se concretizado nas recentes eleições de outubro de 1990. Mesmo que a atual deputada estadual tenha conquistado uma cadeira na Câmara Federal, o movimento perdeu o espaço conquistado na Câmara Estadual. Luci Choinaski tornou-se a legítima representante de todas as organizações populares de Santa Catarina. Com uma expressiva votação de 36 mil votos, depositados nas urnas de quase todos os municípios de Santa Catarina. Só não recebeu votos em 5 municípios. Isto significa que a deputada federal eleita não é apenas representante do movimento e nem foi eleita apenas com o trabalho do movimento. Além de sua ampla penetração em todas as organizações populares, a sua votação representa também o trabalho sério e corajoso desenvolvido durante os 4 anos na Assembléia Legislativa Estadual. Este trabalho terá continuidade na esfera Federal. Será inédito para o Partido e também para as mulheres agricultoras e organizações populares, ter a primeira Deputada Federal.

Segundo a própria Deputada, o movimento perdeu muito em termos de representação política no Estado. O movimento não soube avaliar a importância de ter colocado uma representante na Assembléia Estadual e o trabalho desenvolvido.

O movimento lançou uma candidata para substituir a deputada Luci, na Assembléia. O movimento "bancou" a candidatura no Partido, para que o seu nome pudesse ser lançado mas não bancou a campanha. Muitas mulheres do movimento trabalharam na campanha de outros candidatos do Partido. Segundo algumas mulheres que militam no movimento e no Partido, o não comprometimento do movimento com tal candidatura foi decisivo na não eleição de uma mulher do movimento para ocupar a cadeira de Luci. Segundo avaliação do movimento foi uma grande perda política para o movimento que não poderá dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela deputada Luci, de coragem e competência, na luta pela conquista de espaços para a mulher na esfera pública. O fato revela uma certa perda do movimento enquanto proposta política de participação nas decisões dos rumos da sociedade, que se dão na esfera pública.

c) Relação com outros Movimentos Sociais do Campo

O Movimento de Mulheres Agricultoras teve desde a sua origem uma estreita ligação com os outros movimentos sociais do campo. É que a maioria das mulheres que participam do movimento já tinham alguma participação em outros movimentos sociais ou mobilizações populares, especialmente em torno de questões agrárias. Embora esta participação nunca tenha sido reconhecida pelos movimentos como importante, as mulheres tiveram papel destacado em diversas lutas sociais do campo: contra a "Farça" da Peste Suína Africana; no fechamento das agências bancárias em protesto contra a política dos altos juros cobrados para os financiamentos de lavouras; nas manifestações públicas contra a construção das barragens hidrelétricas no Oeste e Planalto do Estado; nas lutas pela Reforma Agrária e ocupações de Terras; nas campanhas pela derrubada das direções dos sindicatos inoperantes; nas Romarias da Terra promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT); etc.

A própria deputada Luci participava do Movimento dos Sem Terra antes de participar do Movimento de Mulheres Agricultoras. Fez parte inclusive da coordenação daquele movimento. Como ela, muitas outras mulheres tiveram e têm participação destacada em outros movimentos sociais do campo.

É proposta do próprio movimento e que foi ressaltada na 4ª Assembléia Estadual, manter relacionamento permanente com todos os movimentos populares e com toda a classe trabalhadora, objetivando juntar forças nas lutas comuns. E as mulheres devem participar nos outros movimentos, para passarem as suas propostas, sem nunca esquecer a sua identidade específica (cf. documento da 4ª Assembléia Estadual do Movimento, 1990).

Estas questões foram motivo de amplas discussões na 4ª Assembléia, porque na verdade, nos outros movimentos sociais do campo o machismo ainda é muito forte. Neles, geralmente as mulheres ocupam cargos em trabalhos, atividades que pouco aparecem, como secretária tesoureira, suplente, etc. Em outras palavras, elas são as tarefeiras dos movimentos. Suas propostas políticas não tem a mesma importância que as dos homens. Há uma relação desigual. Um exemplo evidente disso acontece no sindicato rural. Em épocas de

eleições para troca de diretorias, os homens montam uma chapa e incluem uma mulher, geralmente como secretária e outras como suplentes, simplesmente para dar uma aparência de que o machismo não existe. Raros são os casos em que as mulheres participam em igualdade de condições na montagem das chapas e em cargos iguais distribuídos. Em Santa Catarina somente no município de Saleté, uma mulher é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

O Movimento de Mulheres Agricultoras que surgiu a partir de uma luta sindical, não conseguiu obter espaços significativos nas representações sindicais e nem mesmo o reconhecimento de sua importância no movimento sindical. As propostas específicas das mulheres encontram dificuldades de penetração e aceitação. O machismo que está enraizado na cultura, permanece soberano e difícil de ser superado, inclusive pelas próprias mulheres.

O movimento de mulheres tem uma autonomia própria e com lutas específicas. Por outro lado, vê a necessidade de estar afinado com os outros movimentos sociais do campo na busca de objetivos mais amplos, de mudanças estruturais para a agricultura e a nível de sociedade mais ampla (cf. documento da 4ª Assembléia Estadual, 1990).

No Movimento dos Sem Terra, as mulheres também enfrentam problemas quanto às relações de gênero. Não há um trabalho específico com as mulheres dos assentamentos. Apenas o Movimento dos Sem Terra incentiva as mulheres assentadas a participarem da organização das mulheres agricultoras nos municípios a que pertencem.

"O Movimento de Mulheres Agricultoras não tem trabalho de organização e articulação com as mulheres dos assentamentos. As mulheres dos assentamentos têm fraca participação no Movimento dos Sem Terra e menos ainda no Movimento de Mulheres Agricultoras. Isto devido a educação machista recebida desde a infância que é difícil de se superar. Só nos assentamentos com uma história mais longa é que as mulheres descobriram a necessidade de participarem das discussões e da conclusão do processo" (casal liberado do Movimento Sem Terra).

No Movimento Sem Terra, no Sindicalismo ou no Movimento das Barragens a situação da mulher é idêntica. Não se encontra participação destacada em nenhum deles. A reversão desta situação dentro dos próprios movimentos sociais, depende da iniciativa das mulheres que participam dos movimentos. Se isto não acontecer nos movimentos, onde se encontram os grupos mais conscientes das camadas populares, quão mais difícil não será uma transformação desta espécie na sociedade mais ampla.

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, mantém contatos esporádicos com organizações de mulheres agricultoras de outros Estado como: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Não há ligações estreitas entre estas organizações, pois cada uma segue rumos distintos, poucas são as lutas levadas em conjunto. Casualmente acontecem trocas de informações e materiais. Embora as organizações de mulheres do campo existam nos diversos Estados, não há articulação sistemática ou planejada acontecendo entre elas, no sentido de caminhar para uma organização nacional com lutas unificadas e projetos ampliados.

A ampliação na participação das decisões da mulher agricultora, na esfera pública, depende de sua força e poder de organização e também de um trabalho conjunto com os demais movimentos sociais do campo. As relações com os demais movimentos sociais do campo, fortalece politicamente o movimento das mulheres, enquanto parte de uma classe subordinada. Mas as questões de gênero, desde as específicas da vida doméstica cotidiana às mais amplas da sociedade, ou seja, no trajeto relacional privado X público, depende da ação deste ator social constituído.

A pouca valorização da mulher nas organizações sindicais e movimentos se evidencia pela ausência de um tratamento igualitário para as mulheres, especialmente ao nível de respeitabilidade política. Somente após muito tempo e impondo-se pela prática e competência, as mulheres conseguem consideração política proporcional aos homens. Ainda assim as mulheres são chamadas para executarem tarefas, para atividades auxiliares, secretaria e raramente são chamadas para cargos de direção. Nos sindicatos

esta situação é mais constante.

"Você chega na porta de um sindicato e vê um diretor falando: queria anunciá a presença de um companheiro fulano de tal e chama pra mesa. Se é mulher não chama. E isso só se muda é na luta mesmo" (militante do movimento sindical).

Ninguém sentiu mais a discriminação na vida pública do que a deputada Luci. Uma agricultora humilde, que sai da roça e da vida doméstica para viver uma nova rotina de trabalho, totalmente diferente na Assembléia Legislativa Estadual, cercada de senhores que, pretensamente se impõem pela forma de andar, vestir, olhar e falar. Uma mulher num cargo importante da esfera pública, e mais, fora eleita pelo Partido dos Trabalhadores como única representante. Simples, humilde e com um vocabulário reduzido, próprio de quem veio da roça e da vida doméstica, mas acima de tudo corajosa e lutadora. Aos poucos vai conquistando o seu espaço e respeito entre os homens, impondo-se pela competência, assiduidade e dedicação a causa dos que a elegeram. As vereadoras também enfrentaram a mesma problemática. No entanto, as experiências vividas por estas mulheres agricultoras revelam que de fato, "isso só se muda é na luta mesmo".

O aparecimento de mulheres agricultoras nos bancos, nos sindicatos, nas cooperativas, no comércio e até mesmo assinando blocos de produtoras rurais, ainda causa um certo espanto para a maioria das instituições. É com a linguagem própria da vida doméstica, que a mulher vai ocupando espaços na vida pública, exercendo mais a cidadania em busca de sua emancipação.

"Fui educada para ser sensível, afetuosa, maternal, isso tudo significa ser sensível, aceitar a dominação e achar ótimo. Agora estamos quebrando isso, não queremos mais ser só esposa, mãe e dona de casa. Precisamos entrar na vida pública. E já estamos concretamente ocupando o espaço público" (Coord. do Movimento).

Realmente a mulher agricultora começa a romper com o seu papel tradicional, através de organizações, indo para a rua e em função de um contato estratégico com o mundo público.

Essa luta por participação política igualitária no mundo público, construiu marcos históricos para o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, tais como, as audiências com diversos Ministros em Brasília onde puderam apresentar uma pauta de reivindicações, os espaços conquistados dentro do Partido dos Trabalhadores para que pudessem ser lançadas candidatas a cargos públicos, e, a participação de mulheres em direções de órgãos representativos, embora ainda de forma muito esporádicas.

Apesar de sérias dificuldades, a vida pública já é possibilidade real para a mulher agricultora, resultado de um processo organizativo e de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações conclusivas julgo importante chamar a atenção para alguns pontos que foram abordados no corpo do trabalho.

Uma primeira questão importante e que esteve bastante presente no desenrolar do trabalho, é a ampla gama de relações e motivos que levaram a constituição deste coletivo e ator social. Foram determinantes as condições de dificuldades da pequena produção, o papel da Igreja na formação de consciência política através das CEBs, as várias organizações e manifestações populares do campo da região Oeste do Estado, e ainda, com menor intensidade organizações políticas (PT) e sindicais.

Uma segunda questão que merece destaque são as mudanças ou evoluções que passou o movimento desde a sua origem. De uma face inicial eminentemente classista, para a incorporação gradativa das questões específicas ou de gênero. A descoberta desta nova frente de luta a ser agregada e incorporada por todo o movimento o torna mais forte, especialmente diante dos outros movimentos sociais do campo que questionam a pertinência de sua existência. As questões de gênero dão segurança e perspicácia, garantindo que este coletivo diferente porque sexuado, ocupa um espaço que até então estava absolutamente vazio, e por sua vez passa a questionar a coerência dos outros movimentos e organizações do campo, que na praxis política, não vivem e nem propõem nada de novo em termos de uma redivisão sexual do trabalho ou novas relações entre sexos. Isto é, sem discriminação, subordinação e submissão dentro das organizações, na vida cotidiana da pequena produção e para a sociedade como um todo.

Uma terceira questão do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina é a politização do privado, do doméstico, do íntimo. O movimento conseguiu levar a realidade do cotidiano vivido na pequena produção familiar para fora deste restrito ambiente, onde muita coisa acontece de forma submersa e

camuflada. Tornar aspectos deste tipo de vida, públicos, discutíveis, questionáveis e politizados é um ato de coragem que coloca também para a sociedade mais ampla uma série de questionamentos sobre relações familiares.

No bojo destes questionamentos estão também as propostas de mudanças, que só depois de oito a dez anos, começam a dar os primeiros sinais de concretização, ainda que de forma localizada e específica. A concretização na coletividade e a efetiva incorporação pela sociedade mais ampla, é apenas parte do projeto/utopia política do movimento, que para o próprio movimento deve passar por uma educação diferente a começar pelo berço familiar.

Uma quarta questão que considero importante é o ingresso da mulher agricultora na vida pública, que está intimamente ligada a conquista de direitos de cidadania. O reconhecimento legal da profissão de agricultora permite transitar na esfera pública, no mundo dos negócios e decisões, ainda que em fase inicial. Ser agricultora e não mais do lar, significa entre outras coisas, estar em igualdade de condições com o marido e conseqüentemente ter os mesmos direitos.

Uma quinta questão que merece consideração é o fato de que o Movimento de Mulheres Agricultoras é um espaço legítimo de participação integral da mulher agricultora. Local único onde de fato tem voz e vez, pode colocar suas idéias, ser ouvida e respeitada plenamente como pessoa e reconhecer-se como ator social importante no contexto das lutas por transformações na agricultura, no sentido de buscar uma vida melhor e mais digna.

Num sexto ponto a ser destacado, é a importância política do movimento para a pequena produção no Estado. A eleição de uma representante do movimento para a Assembléia Legislativa Estadual e posteriormente para a Câmara Federal, embora não seja exclusividade do movimento é representante legítima. Saindo das bases do Movimento de Mulheres Agricultoras, ela se tornou o canal mais importante da voz dos trabalhadores do campo de Santa Catarina, junto às instituições governamentais e políticas de poder.

O Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina, na verdade traz consigo uma única e grande novidade em rela-

ção aos demais movimentos sociais do campo, o fato de ser um ator social sexuado e por isso lutar por questões de gênero além das de classe. Questões que os outros movimentos sociais do campo que também têm mulheres em seus quadros, ignoram ou tratam de forma marginal e não tem nenhuma prática concreta que mereça maior destaque.

Para que as propostas e idéias do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina e das demais organizações de mulheres camponesas possam ter maior força entre os movimentos sociais do campo e atinja a sociedade mais ampla, é preciso que se concretize uma articulação efetiva entre todas as organizações de mulheres do campo para uma luta conjunta. Os poucos contatos acontecidos entre organizações similares dos cinco Estados mais ao sul do País, poderão ser fortalecidos e quem sabe chegar a uma legítima articulação de forças.

Acreditamos ser possível uma reorganização e fortalecimento dos movimentos sociais do campo e na medida em que os pressupostos de uma nova cultura política, libertária dos vários tipos de subordinação, submissão e descondicionadora das várias formas de opressão, forem sendo gradativamente concretizados, poderemos nos aproximar de uma sociedade melhor e com condições de vida melhores, almejadas por todos.

A organização coletiva de novos sujeitos e atores sociais em Santa Catarina buscam de forma diversa os direitos de cidadania e, por conseguinte, a emancipação plena.

BIBLIOGRAFIA

ARIZPE, Lourdes. Democracia para um pequeno planeta bigenário. In: Participacion. Genebra, Unrisd, 1987.

BERNACHEA, Cecília. A organização das mulheres: uma experiência de vida. Salvador, Cadernos do CEAS, nº 103, maio/junho, 1986.

BRITO, Maria Noemi Castilhos e PRA, Jussara Reis. Movimento de Mulheres no Sul do Brasil: 1975-1987. Trabalho apresentado ao XI encontro anual de ANPOCS, Águas de São Pedro, SP., 1987.

BRUMER, Anita. Considerações sobre uma década de lutas no campo no extremo sul do Brasil (1978-1988). Trabalho apresentado ao IIº PIPSA Sul, Florianópolis, 1989.

CALDERON, Fernando e JELIN, Elizabeth. Classes Sociais e movimentos sociais na América Latina. CLACSO, 1987.

_____ e Santos, Mario. Movimientos Sociales Y Democracia: los conflictos por la constitucion de un nuevo orden. CLACSO, 1987.

_____ e DANDLER, Jorge. Participacion en Bolivia: la fuerza histórica del campesinato. CERES, 1986.

CAMPOS, Indio. Os colonos do Rio Uruguai: relação entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense. Tese de Mestrado em sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 1987.

DIAS, Jorge de Souza (Org). Santa Catarina em Perspectiva: anos do golpe. Petrópolis, Vozes, 1989.

DUSSEL, Henrique. Libertacion de la mujer y erotica latino-americana. Bogota, Nueva América, 1980.

GOLBERG, Anete. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado em ciências sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

GOSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sonia Malheiros. A trajetória do conceito de gênero nos estudos sobre a mulher no Brasil. Trabalho apresentado na XVIIª ABA, Florianópolis, 1990.

IANNI, Octavio. A utopia camponesa. IXº Encontro Anual de AMPOCS. Águas de São Pedro, 1985.

_____. Revoluções camponesas na América Latina. In: Revoluções camponesas na America Latina. SANTOA, J. Tavares dos (Org). Campinas, Unicamp/Icone, 1985.

HELLER, Agnes. Teoria de las necesidades en Marx. Barcelona, Península, 1986.

JELIN, Elizabeth. Cidadania Y identidad. Una reflexion final. Trabalho apresentado no XIIº Encontro da ANPOCS, Caxambu, 1989.

_____. O trabalho feminino na área rural. In: Mulher Trabalhadora. Cadernos da CUT, 09/88, São Paulo.

LECHNER, Norbert. Cultura política. CLACSO, 1987.

LIMA, Nadia R.L. de Barros. Movimento de mulheres; um delineamento das tendências ideológicas. Cadernos do CEAS, nº 121, maio/junho, Salvador, 1989.

LISBOA, Tereza Kleba. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra do Oeste Catarinense - um novo movimento social. Tese de mestrado em sociologia política. UFSC, Florianópolis, 1987.

LOBO, Elizabeth Souza. Uma nova identidade. Tempo e Presença. Nº 248, dezembro, 1989.

LOWJ, Michael. Ideologias e ciência social. Elementos para uma análise marxista. São Paulo, Cortez Editora, 1988.

MARTINS, Clitia H. Back. Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. Tese de mestrado em sociologia política. UFSC, Florianópolis, 1987.

MARTINS, Jose de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.

_____. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.

_____. Expropriação e Violência: a questão política do campo. São Paulo, Hucitec, 1980.

MIGUEL, Sonia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Tese de mestrado em ciências sociais, UFSC, Florianópolis, 1988.

MUNOZ, Blanca. La participacion de la mujer campesina en Bolivia: Un estudio del Altiplano. In: Calderon e Dawler. Participacion in Bolivia. La fuerza historica del campesinato. CERES, 1986.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra. S.Paulo, ANPOCS/Vertice, 1988.

PAULILO, Maria Ignes. A divisão sexual do trabalho no meio rural.

In: Anais do museu antropológico, UFSC, Florianópolis, 1978.

ROSARIO, Leon. "Bartolina Sisa". La organizacion de Mujeres campesinas en Bolivia. In. Participacion. Genebra, Unrisd, 1987.

SANTOS, Jose Tavares dos. Revoluções camponesas da América Latina. Campinas, UNICAMP/ICINE, 1985.

_____. Lutas agrárias e cidadania. 1987, mimeo.

SCHERER-Warren, Ilse. Movimentos sociais. Florianópolis, Editora da UFSC, 1984.

_____. O movimentos dos trabalhadores rurais do sul do Brasil: seu papel na democratização da sociedade (mimeo) 1985. In: Dias, J.R. Santa Catarina em perspectiva - os anos do golpe. Petrópolis, Vozes, 1989.

_____ e REIS, Maria Jose. O movimento das barragens do Uruguai: unidade e diversidade. Cadernos do CEAS, nº 120, Salvador, 1989.

SINGER, Paul. O feminino e o feminismo. In: São Paulo; o povo em movimento, Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

TEPICHT, Terzy. Marxista et agriculture, le paysanne polonais. Paris, Armond, 1973.

TOURAINÉ, Alan. Actores sociales Y sistemas políticos en America Latina. Paris, Preal/oit, 1987.

VIEZZER, Moema. Movimentos feministas, movimentos de mulheres. In: Tempo e Presença, nº 248, dezembro, Rio de Janeiro, 1989.

VIOLA, E.J., SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo (Orgs). Crise política, movimentos sociais e cidadania. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989.

ZENTERO, Raul Benitez (Org). As classes sociais na America Latina. São Paulo, Paz e Terra, 1977.

ZERMENO, Sergio. Hacia una democracia como identidade restringida: sociedad y política en Mexico. 1985 (mimeo).